

31  
CORDON  
LISBOA

*um edifício com história*

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

31 Cordon Lisboa  
Um edifício com história

### PROMOTOR

Stone Capital

### EDIÇÃO

Eon – Indústrias Criativas

### COORDENAÇÃO

Fátima Beja e Costa  
Pedro Sobral de Carvalho

### TEXTOS

António Valongo · Carlos Alves ·  
Carlos Fabião · Fátima Beja e Costa ·  
João Pimenta · Lídia Fernandes ·  
Pedro Mariguesa · Pedro Pinho ·  
Sara H. dos Reis

### DESIGN GRÁFICO

Catarina Sousa

### DESENHOS DE CAMPO

António Valongo

### DESENHOS DE ESPÓLIO

João Pimenta

### TIRAGEM

500 exemplares

### IMPRESSÃO

Tipografia Beira Alta

### DEPÓSITO LEGAL

1111111111

### ANO

2017

### PARTNER



# ÍNDICE

- 7 **Stone Capital – Projetar e qualificar**
- 11 **A contemporaneidade – O projeto de arquitectura**
- 17 **O espírito do lugar**
- 21 **A biografia do espaço**
- 23 No seio de *Olisipo*
- 43 *Felicitas Iulia Olisipo* – Como a cidade se ornamentou
- 49 Na Lisboa pombalina
- 73 **Revelar o passado**
- 75 Os achados arqueológicos
- 119 Mensagem do passado – *Titulus sepulchralis* sobre placa funerária
- 126 Fontes documentais e Bibliografia



# STONE CAPITAL

## PROJETAR E REQUALIFICAR

7

PEDRO PINHO DIRETOR TÉCNICO DA STONECAPITAL

A Stonecapital é um promotor especializado na reabilitação de edifícios na área de Lisboa, com o seu principal foco no desenvolvimento de projetos residenciais e comerciais de referência, potenciando a modernização e a reabilitação da cidade de Lisboa.

Entre projetos concluídos, em execução ou em estudo, a marca Stonecapital conta já com mais de 20 projetos imobiliários na cidade de Lisboa, localizados em diversas zonas e bairros históricos, nomeadamente em áreas de elevado potencial arqueológico, como por exemplo a Mouraria, o Chiado e a Graça.

A nossa intervenção assenta maioritariamente na reabilitação, requalificação e valorização dos edifícios, pelo que

nos cabe, enquanto Promotores, um papel muito importante na salvaguarda do património e da informação arqueológica, nomeadamente no que diz respeito às evidências materiais da anterior ocupação humana nestes locais.

Mais do que uma mera obrigação legal, consideramos que o acompanhamento arqueológico das nossas obras é igualmente um dever cívico, razão pela qual agimos de forma esclarecida e colaboramos ativamente com as equipas de arqueologia em campo, fomentando o bom entendimento com os demais intervenientes, sejam engenheiros, arquitetos ou empreiteiros.

Na nossa área de atividade, e nas zonas da cidade onde atuamos, a imprevisibilidade da ocorrência de vestígios

arqueológicos é um fator a ter sempre em conta. Até mesmo em locais de baixa expectativa podem surgir achados de grande interesse, como é o caso do presente edifício, o Vitor Cordon 31.

As principais consequências decorrentes do aparecimento de achados arqueológicos são os atrasos no desenvolvimento da obra e a necessidade de realizar alterações, mais ou menos substanciais, aos projetos de execução.

Estamos naturalmente conscientes destes fatores de incerteza no desenvolvimento dos nossos projetos, mas acreditamos que uma postura proactiva a par de uma estrita colaboração com os agentes do património poderão levar à definição das melhores soluções a implementar, caso a caso, não só para garantir a preservação dos elementos arqueológicos, mas também para valorizar e qualificar os edifícios em que intervimos com novas valências patrimoniais.

Partilhamos portanto a nossa satisfação e orgulho pela “descoberta” e salvamento de toda a informação arqueológica agora difundida, realçando o interesse que a preservação e a valorização da mesma assume para toda a comunidade.





# A CONTEMPORANEIDADE O PROJETO DE ARQUITETURA

11

PEDRO MARIGUESA PEDRO MARIGUESA ARQUITETOS

Inserido no centro histórico da cidade de Lisboa, o edifício “CORDON 31” possui uma implantação urbana privilegiada – CHIADO – entre a Rua Vítor Cordon e a Rua do Ferragial, duas ruas históricas da cidade incluídas no Plano de Reconstrução da Cidade de Lisboa pós terramoto de 1775, que estabelecem um importante eixo de ligação entre a Baixa, Chiado e o Cais do Sodré.

Constituído por 8 pisos de altura, vencendo o desnível existente entre as duas ruas, destacam-se as suas duas entradas. Pela Rua do Ferragial, o acesso aos dois primeiros andares, e pela Rua Vítor Cordon, entrada principal, o acesso aos restantes andares.

O edifício de 1801 apresenta uma construção tipicamente Pombalina, de paredes exteriores em alvenaria e paredes interiores estruturais num sistema misto de alvenaria e madeira, nomeadamente paredes com cruces de Santo André e tabique.

Inicialmente em avançado estado de deterioração, devido aos longos anos sem manutenção e intervenção, mas com uma de elevada qualidade estética, salientam as suas fachadas de composições racionais, de ritmo e ordem nitidamente perceptíveis, de cinco vãos por piso, coroadas com uma trapeira central de três janelas, reforçando a simetria da composição.

O Projeto elaborado pretendeu reabilitar o edifício existente, ampliando-o, de forma a devolver a harmonia da rua e do quarteirão onde se insere, minimizando as discrepâncias volumétricas entre os edifícios existentes e valorizando uma nova coerência urbanística da Rua Vítor Cordon.

Alterou-se a configuração da cobertura para mansarda para melhor aproveitamento das áreas, mantendo as trapeiras centrais e introduzindo na fachada posterior duas trapeiras duplas “em negativo”, criando varandas de forma a tirar proveito das vistas a sul sobre o rio Tejo.

A solução proposta desenvolveu-se em 8 pisos destinados a 10 habitações de 5 tipologias distintas (dois T1, três T2, três T3 e dois T4) servidos de 14 lugares de garagem, em sistema de plataformas elevatórias, com acessos pelas duas ruas que ladeiam o edifício, no piso 0 pela Rua do Ferragal e no piso 2 pela Rua Vítor Cordon.

A filosofia da intervenção passou por recuperar sempre que possível todos os elementos de valor histórico do edificado, tendo em conta as novas exigências e espacialidades do habitar contemporâneo, valorizando o edifício original, e atribuindo uma especial atenção para que os novos elementos a introduzir fossem compatíveis com a estrutura existente, quer através do seu desenho, quer através da sua materialidade.

Desta forma, ao nível dos elementos estruturais, as fachadas foram reparadas e conservados os elementos arquitectónicos e decorativos, como as cantarias de vãos, as pilastras nos cunhais e as guardas de ferro forjado nos balcões. A estrutura de pisos foi refeita recorrendo a uma estrutura mista de metal e madeira de forma a responder activamente aos movimentos sísmicos.

Ao nível dos elementos secundários ou decorativos, as carpintarias interiores (vãos interiores, portadas e por-

tas) foram recuperadas e introduzidos novos elementos quando necessário; os vãos exteriores em madeira foram refeitos com o desenho em tudo igual aos originais, mas com a introdução de vidros duplos de forma a melhorar consideravelmente as qualidades acústicas e térmicas; as guardas de serralharia e ferragens reaproveitadas; as cantarias em pedra limpas, lavadas e reparadas; e os tectos em madeira de “saia e camisa” foram refeitos com o desenho original.

Os elementos singulares foram alvo de uma intervenção cuidada, tal como a caixa de escadas em que os pavimentos em madeira foram refeitos, mantendo o mesmo desenho e material, a guarda metálica recuperada e readaptada para receber um elevador central, no Hall de entrada o pavimento em pedra limpo e recuperado, assim como os elementos de cantaria dos vãos interiores.

O edifício no seu todo responde a novas normas de conforto de habitabilidade, de elevada qualidade fun-

cional e estética, aliando o antigo e o contemporâneo de forma a harmoniosa com sentido de preservação de património sustentável.





## O ESPÍRITO DO LUGAR

FÁTIMA BEJA E COSTA

Comunicar património é um desafio difícil, mas empolgante. No fundo, há que traduzir os códigos científicos e colocá-los em linguagem acessível. No entanto, também é importante que as pessoas entendam que o estudo do Passado é fruto de um árduo, e às vezes penoso, trabalho de campo e de laboratório.

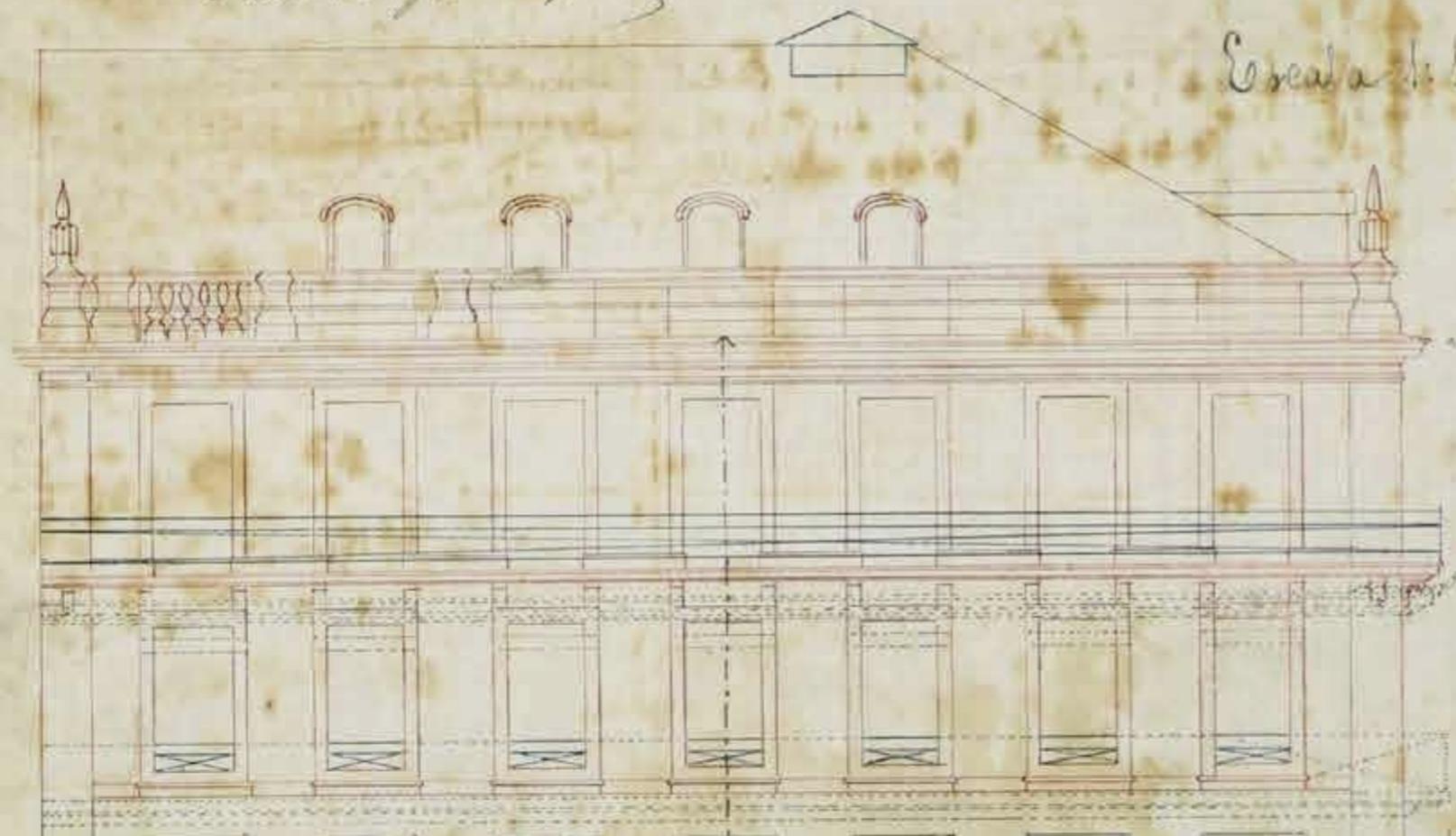
Hoje em dia, a legislação portuguesa encontra-se estruturada por forma a proteger os vestígios do Passado. Nesse sentido, e com base essencialmente na lei 107/2001, de 8 de setembro, todos os vestígios arqueológicos devem ser devidamente registados e estudados por forma a reduzir o risco de perdermos para sempre parte da nossa identidade como povo.

Foi precisamente neste contexto que foram efectuados os trabalhos arqueológicos no edifício da Vitor Cordon, 31, no Chiado, em Lisboa. Estes permitiram desvendar mais um pouco da história da cidade, colocaram mais uma peça no extenso puzzle que é o nosso passado. E assim, pouco a pouco, vai-se construindo uma imagem cada vez mais nítida das várias etapas da história de Lisboa. Os resultados obtidos foram, como veremos nos capítulos seguintes, particularmente interessantes, pois colocaram a descoberto um conjunto de estruturas da época romana numa área onde até hoje não era conhecido qualquer tipo de vestígio dessa época. Mas foram essencialmente importantes porque deram sentido ao

edifício, deram-lhe uma história com 2000 anos. Os edifícios, tal como as pessoas, possuem uma identidade própria, um nome, uma história, um espírito do lugar. Venha descobri-lo nas próximas páginas.

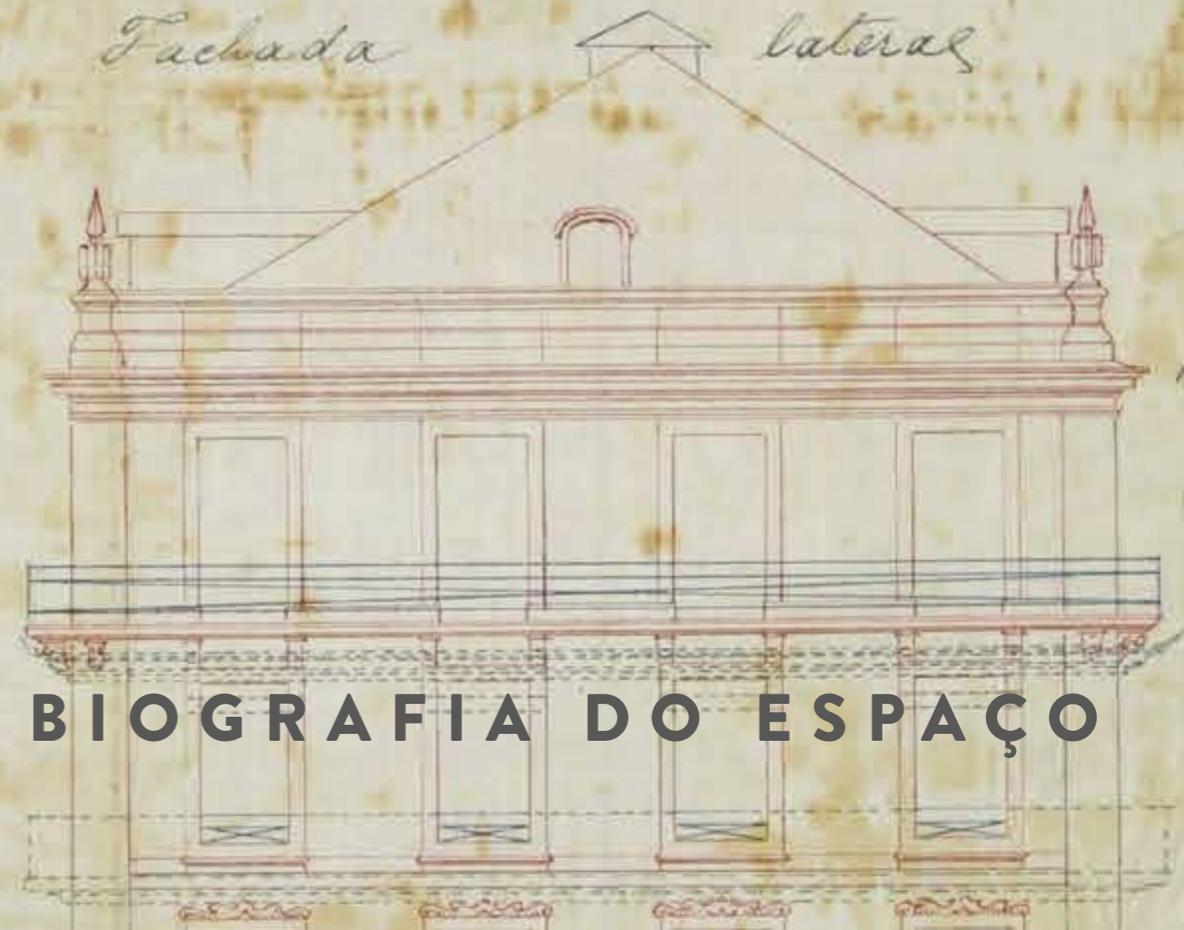


*Fachada principal*

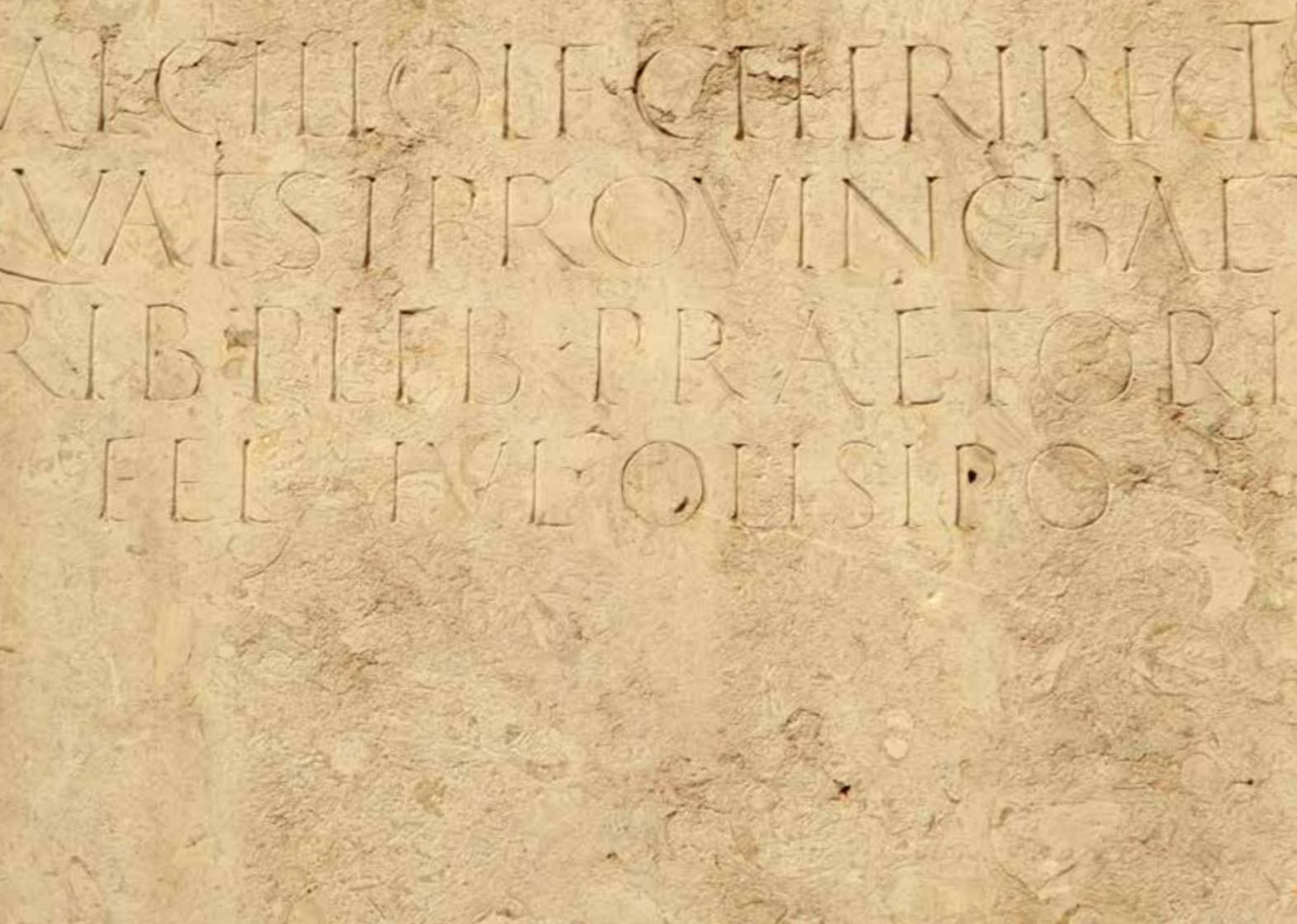


Escala 1:100

*Fachada lateral*



**A BIOGRAFIA DO ESPAÇO**



## NO SEIO DE OLISIPO

CARLOS FABIÃO

### O lugar

Pensar na cidade de Lisboa (*Felicitas Iulia Olisipo*) na época romana não é somente ensaiar uma viagem a um outro tempo, é também (e sobretudo) visualizar um outro lugar, bem diferente do atual.

Há dois mil anos atrás a frente ribeirinha da cidade estava muito mais recuada, não havia Praça do Comércio, nem Praça do Município e toda a área que bordejava a margem do rio seguia mais próxima do alinhamento da atual Rua de S. Julião, para oeste, e pela Rua dos Bacalhoeiros – Rua da Alfândega – Rua do Cais de Santarém, para este. Um alinhamento não muito diferente do que teve em época medieval e até tempos mais

recentes, quando se começaram a realizar os grandes aterros que conquistaram espaço para o moderno Porto de Lisboa. Também não havia a grande plataforma onde se ergueu a chamada Baixa Pombalina, o prodígio de urbanização que se seguiu ao grande terramoto de 1755. Toda a encosta que descia desde o morro do castelo e da Sé foi parcialmente colmatada por grandes aterros para permitir o desenho da nova urbe. Finalmente, haveria uma importante realidade, cujos contornos precisos desconhecemos, constituída pelo curso de duas ribeiras, uma vinda de Nordeste, ao longo da atual Avenida Almirante Reis (de que o Regueirão dos Anjos é relíquia), outra, baixando de Norte ao longo da atual Avenida da

Liberdade, atravessando a atual zona da baixa, mais pela banda da atual Rua do Ouro, para desagüarem ambas no Tejo.

Não era pois a cidade das sete colinas, como Damião de Góis lhe chamou, tentando compará-la a Roma, mas uma cidade marcada por duas grandes colinas, a do Castelo e a de S. Francisco/Chiado/Carmo, com um vale ao meio, e uma extensa área ribeirinha junto ao Tejo. Assim a veriam os romanos, há dois mil anos.

### Uma longa história e alguns mitos

Como em qualquer cidade histórica, no sítio de Lisboa, várias cidades se sobrepõem, desde tempos longínquos, em sequência contínua de mais de três mil anos sem notórias interrupções, ou seja, a *Olisipo* pré-romana era já um aglomerado velho de mil anos, quando as águias de Roma a escolheram para assentar arraiais no decurso da conquista do extremo ocidente da Península Ibérica.

Nesta sucessão de aglomerados, a etapa romana corresponde a uma urbe chamada *Felicitas Iulia Olisipo*, como a literatura latina e algumas inscrições lavradas sobre pedra nos ensinam. A expressão inclui o nome indígena da cidade: *Olisipo*, e os epítetos que os romanos lhe atribuíram. *Felicitas*, um augúrio, *Iulia*, a invocação do Divino Júlio (César) sob cuja égide se colocava.

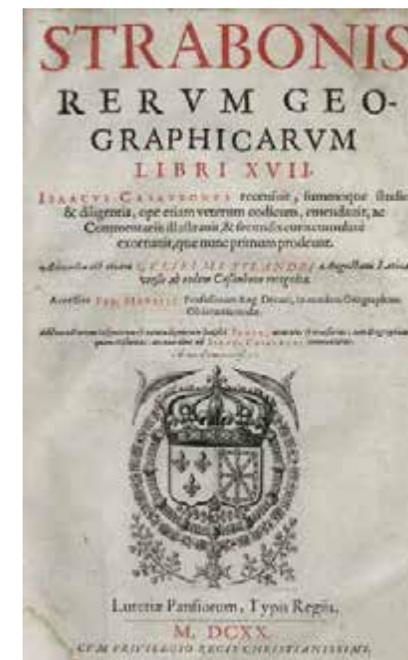
*Olisipo* cidade de Ulisses, como pretendia um mito fundacional, forjado pelos próprios romanos, uma vez que o nome indígena soa vagamente similar ao da tradução latina do mítico grego, que nada tem a ver com o seu nome original (*Odyseus*). Refletia talvez a noção de que a cidade da foz do Tejo era já antiga, quando esses romanos aqui aportaram.

A primeira e mais antiga referência à cidade pode encontrar-se nas páginas da obra geográfica do grego Estrabão, que, em torno da mudança da Era, referiu a utilização do aglomerado no último terço do século II a.C.,

como base de apoio às campanhas militares de conquista no Ocidente. Foi pois há mais de dois mil anos que *Olisipo* se tornou cidade romana.

Estava na foz de um rio de abundante pescaria, como escreveu Estrabão, rico em ouro de aluvião, o *aurifer Tagus*, dos poetas latinos, próximo de férteis lezírias onde corriam velozes cavalos, nascidos de éguas fecundadas pelo vento, à beira do mar Oceano, onde viviam Tritões, tocadores de búzios, e Nereides, de corpo coberto de escamas, mesma na zona onde têm configuração humana, seres míticos que os olisiponenses asseveravam serem reais, como foram a Roma contar ao Imperador Tibério, segundo narra o naturalista Plínio-o-Velho.

No conjunto destas narrativas, de cariz mítico e literário, poderemos vislumbrar o perfil económico da cidade romana e explicar a razão do seu multiseccular sucesso. Cidade antiga, aberta ao mar, à exploração dos seus recursos e à sua utilização como importante via de tráfegos



RERUM GEOGRAPHICARUM DE ESTRABÃO, LIBRI XVII. I. CASAUONIUS RECENSUIT. G. XYLANDRI RECOGNITA. ACC. E MORELLI OBSERVATIUNCULAE. PARIS, TYPIS REGIIS, 1620.

e comércios; rodeada de boas áreas agro-pecuárias; enriquecendo com a exploração aurífera.

Durante séculos, a sua existência foi quase só literária, pelas notícias dos autores gregos e latinos, reforçada pela existência de inscrições onde claramente se lia o seu nome e o de seus habitantes, enaltecendo feitos e dignidades ou simplesmente registando o seu óbito. Mas o velho burgo estava lá quase totalmente oculto, ainda que os vestígios de um passado esplendor não escapassem à atenção de alguns eruditos. O artista Francisco de Holanda, em uma memória que redigiu dedicada ao rei D. Sebastião, em 1571, aconselha o monarca a reparar o antigo aqueduto romano que, a partir de um represa, cujas ruínas ainda hoje se conservam na zona de Belas, abastecia de água a cidade. A identificação de um suntuoso edifício na zona do atual largo da Madalena, em 1753, no decurso de uma obra, de onde se recuperaram quatro inscrições, ainda hoje conservadas embutidas na

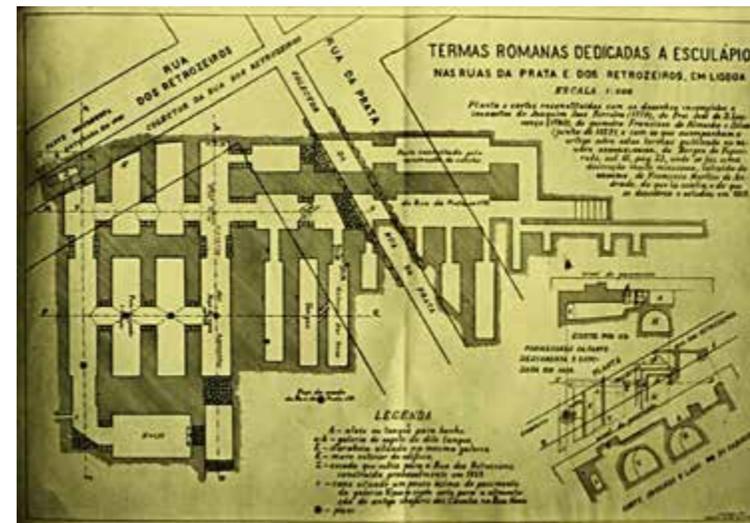
parede do novo imóvel então construído (que resistiu incólume ao grande terramoto que dois anos mais tarde assolou a cidade), constituem exemplos de como acidentalmente a velha urbe romana emergia a espaços no tecido urbano de épocas mais recentes.

### A primeira descoberta da Lisboa romana

Foi somente na sequência das demolições e subsequente reconstrução, depois do grande terramoto de 1755, que alguns dos monumentos lisiponenses começaram a ver a luz do dia.

O primeiro identificado, foi um estranho conjunto de galerias subterrâneas, localizado na zona da atual baixa, de que há uma primeira notícia em 1770. Três anos depois, porque longa foi a etapa da reconstrução, um novo troço do extenso complexo, nunca identificado em toda a sua extensão, foi de novo observado e desenhado. Catacumbas, subterrâneos ou termas foram algumas das

classificações funcionais que então se ensaiaram. Muito mais tarde, em 1856, no decurso da renovação dos coletores de esgoto da Rua da Prata, parte do complexo foi de novo reconhecido e pela primeira vez registado em rigoroso desenho técnico. Percebeu-se, então, que o conjunto de galerias suportava um qualquer edifício público de grande dimensão, revestido de placas de mármore. A designação de “termas” foi persistindo, sobretudo por se encontrar inundado, e só mais tarde se afirmou a ideia de poder tratar-se de um criptopórtico, uma solução arquitetónica habitual nas cidades romanas, sempre que se pretendia criar uma superfície plana e elevada sobre a qual se implantavam edifícios de maior entidade. Que edifício era esse assente nas poderosas galerias ainda hoje se desconhece. Pela sua grandiosidade, seria por certo edifício público. Houve quem sugerisse poder tratar-se de uma espécie de *forum* comercial, associada às atividades marítimas pelo grande mar



PLANTA DAS GALERIAS ROMANAS FEITA POR VIEIRA DA SILVA, EM 1951, COM BASE NOS DESENHOS DE JOAQUIM JOSÉ FERREIRA (1770), FREI JOSÉ DE S. LOURENÇO (1780) E FRANCISCO DE ALMEIDA E SILVA (1859).



PARTE CENTRAL DO TEATRO ROMANO DE LISBOA. ZONA DA ORCHESTRA AINDA COM  
ALGUMAS LAJES DE PAVIMENTAÇÃO EM MÁRMORE.  
[FOTOGRAFIA: JOSÉ AVELAR | MUSEU DE LISBOA]

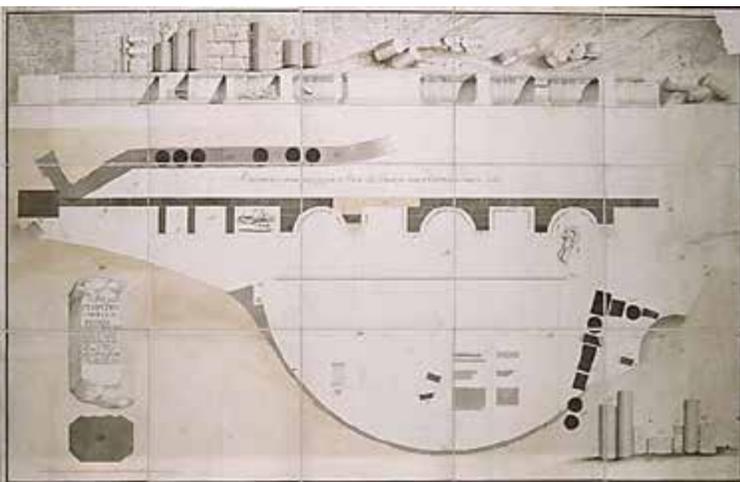
Oceano, mas só futuras investigações poderão esclarecer, ainda que a proximidade que teria relativamente à antiga frente ribeirinha reforce a ideia de uma relação com os espaços portuários.

Ainda hoje, quando regularmente se esvazia a água que preenche as galerias, e se promove a visita ao local, os visitantes formam extensas filas, para poder descer ao interior do complexo, seguramente, o mais expressivo lugar onde se adquire a noção de que existe uma Lisboa subterrânea, antiga e misteriosa, debaixo das ruas que diariamente calcorreamos. Uma visita ao vizinho Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros transporta-nos para um ambiente análogo, com a evidente vantagem de se poder fazer durante todo o ano.

Também no decurso da reedificação da cidade, depois da grande catástrofe setecentista, no local onde se construiu o palácio do Correio Mor do Reino, se revelou a existência de um edifício termal público, as

termas ditas dos Cássios (*thermae Cassiorum*), como se podia ler em uma inscrição então encontrada no interior das ruínas, evocando, não somente os promotores da construção, seguramente gente da importância familiar dos *Cassii*, amplamente documentada na epigrafia latina da cidade, mas também a sua reconstrução, no ano de 336, quem sabe se por ter sofrido com algum outro abalo sísmico ou simplesmente por se encontrar velho e degradado. Seriam já muitos os anos de uso que levava.

Mas o mais extraordinário achado foi o do teatro, situado na confluência da Rua de S. Mamede com a Rua da Saudade. Primeiramente identificado pelo arquiteto Manuel Caetano de Sousa, em 1798, que não parece ter concedido demasiado relevo às suas ruínas, foi depois “resgatado” pelo arquiteto italiano Francisco Fabri, que se encontrava ao serviço da Casa Real Portuguesa. Ao tomar conhecimento da ocorrência, Fabri procedeu ao



RUÍNAS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA. DESENHO DE FRANCESCO FABRI, 1798.

embargo das obras no local, promoveu o seu desaterro, pondo à vista um conjunto monumental significativo, ainda que bastante destruído, e propôs a sua conservação, à vista e no próprio local. A iniciativa do italiano, perfeitamente moderna, explica-se porque justamente por essa época tinham já sido iniciadas as escavações nas cidades sepultadas pela grande erupção do Vesúvio (Herculano e Pompeia) e nos meios artísticos assistia-se a uma nova fase da valorização e reprodução dos cânones estéticos antigos, usualmente chamados neoclássicos. Não podia ficar indiferente o arquiteto à aparição da vetusta ruína de um relevante edifício público da Lisboa romana. Infelizmente, a difícil conjuntura que o país viveu nos inícios de oitocentos inviabilizou totalmente o que poderia ter sido um interessante e inovador projecto.

Somente no século XX o teatro romano voltou a ser recuperado e musealizado, embora em muito pior estado do que se encontrava nos finais do século XVIII,

constituindo hoje em dia o seu Museu um dos importantes equipamentos onde podemos visitar *Olisipo*.

### A segunda redescoberta

Depois de novo período de estagnação no progresso do conhecimento sobre a cidade romana, na década de 60 do século XX, novas realidades foram identificadas, na sequência do lançamento da primeira rede de metropolitana. Por um lado, um grande cemitério existente na área onde hoje está a Praça da Figueira (no local onde se ergueu mais tarde o medieval Real Hospital de Todos-os-Santos) e, na zona do Rossio, observaram-se os primeiros indícios de que por ali se teria localizado o hipódromo da cidade – possibilidade que veio a ser confirmada mais tarde, no decurso das obras de ampliação da rede de metro.

Se por um lado a identificação do hipódromo revelou um novo edifício lúdico da Lisboa romana, sublinhando

DESENHO DE SILENO A TINTA DA CHINA E AGUADAS, DE FRANCESCO FABRI, 1790.  
[BN: PURL.PT/25320/2 | COTA: D-140-P]



TROÇO DE MURALHA ROMANA, MUSEALIZADA NA CASA DOS BICOS.  
[FOTOGRAFIA.]

a sua relevância enquanto cidade no extremo ocidental do Império, o cemitério constituiu uma importante revelação, já que, nesta época, os espaços sepulcrais, as necrópoles, se localizavam fora da área urbana propriamente dita, estabelecendo uma clara separação entre a cidade dos vivos e a “cidade dos mortos”. Ganhou-se, deste modo, a noção de qual seria um dos limites setentrionais da cidade romana.

Foi também iniciado o processo de recuperação e reabilitação das ruínas do teatro, que entretanto tinham ficado de novo ocultas. O processo de redescoberta e musealização demorou, no entanto, algumas décadas mais.

Mas provavelmente a mais surpreendente descoberta de uma nova dimensão da cidade romana tenha sido a que se fez no processo de reabilitação da Casa dos Bicos, realizada nos princípios dos anos 80 do século XX. Ali, para além dos vestígios sobrepostos das várias outras cidades históricas, foi identificada a muralha que pela

banda sul cingia a cidade romana e que, sem grande surpresa, pelo constrangimento imposto pela margem do rio, coincidia com o circuito da chamada “Cerca Velha” medieval. Foi também identificado um segmento do que seria uma “fábrica” de produção de preparados de peixe, os afamados molhos e condimentos de peixe, tão apreciados na Antiguidade. A surpresa foi grande porque até à data a presença dessa actividade económica, de certo modo perfeitamente compreensível, pelas condições geográficas da cidade, era de todo desconhecida. Mais ou menos pela mesma época, foram identificadas na margem sul, na zona de Cacilhas, uma outra “fábrica” análoga e, a montante nas margens do rio, em Seixal, Alcochete e Benavente olarias romanas que produziram ânforas destinadas ao transporte destes preparados de peixe. Era uma verdadeira economia de estuário, explorando os recursos marinhos que se começava a descobrir e que não mais deixou de revelar a sua importância e

extensão, com o conjunto de várias “fábricas” na área da actual Baixa, de que os exemplares de acesso público no já mencionado Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios constituem bom exemplo.

Assim, passou a cidade romana a estar bem delimitada a Norte e Sul, os limites Nascente e Poente permanecem algo indefinidos, tendo na exploração dos recursos marinhos uma das suas relevantes actividades económicas. Ao longo dos últimos anos, a identificação de numerosas ânforas de fabrico lusitano em diferentes paragens do vasto Império Romano têm esclarecido a vocação exportadora desta actividade.

#### **A cidade romana inscrita nos planos municipais**

As situações atrás descritas decorreram todas de ocorrências fortuitas, daquilo a que poderemos chamar “operações de resgate”, mais ou menos bem-sucedidas e em situação de emergência, como se não se soubesse

que sob os pavimentos de hoje se escondem as vivências passadas. Foi somente nos finais do século XX, em função da consolidação da ideia de que as cidades históricas contêm no seu subsolo elementos históricos e patrimoniais que se impõe conservar e valorizar (fisicamente ou apenas através do seu registo) que a situação se alterou substancialmente. A cidade romana deixou de ser aquela realidade onde ocasionalmente se “tropeçava”, para se constituir em objeto de estudo e valorização. O novo quadro legal da reabilitação urbana estabeleceu a necessidade imperiosa de acompanhamento de obras e, com naturalidade, foi crescendo o conhecimento sobre as antigas cidades do sítio de Lisboa.

No que respeita à cidade romana, passamos a conhecer algo das suas vias, com um arruamento de orientação Norte-Sul identificado no claustro da Sé de Lisboa e outro, de orientação Este-Oeste na Baixa, junto do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros; com a multi-

plicação da identificação e registo de novas “fábricas” de produção de preparados de peixe, com a localização de novos elementos que podem ir desde espaços de simples uso doméstico, áreas de descarte de resíduos urbanos ou até a zonas de fundeadouro associadas às atividades portuárias. Começou a ensaiar-se o desenho urbano da Lisboa romana com mais solidez, a partir dos conhecimentos adquiridos.

A principal aquisição parece ser a de que se terá implantado na encosta sul da colina do castelo um urbanismo ortogonal clássico, com eixos viários retilíneos, algo que se pensava impossível pelo acidentado do terreno. O arruamento conhecido no claustro da Sé mostra como através de sucessivos patamares se venceu o desnível do terreno e a escavação da área traseira do teatro apresenta uma imponente construção que deveria tornar bem visível o edifício lúdico, acima das edificações da envolvente.

Mas os novos trabalhos não deixaram revelar outras surpresas.

Por exemplo, as intervenções arqueológicas realizadas no bairro do castelo e mesmo no interior da fortificação medieval revelaram que a significativa presença romana se parece ter circunscrito aos últimos séculos antes de Cristo. No topo da cidade, os romanos terão estado, enquanto a região era ainda território de conquista. Mas, uma vez consolidada a *Felicitas Iulia Olisipo*, o local terá permanecido desocupado de funções residenciais, talvez consagrado a usos sacros, sem vestígios de residência contínua. As dificuldades de abastecimento de água que esta zona alta teria podem não ser de todo alheias a esta opção urbana. Diga-se também que ainda desconhecemos o traçado concreto do célebre aqueduto, alimentado pela barragem de Belas, hoje conservada, que Francisco de Holanda propunha reabilitar para trazer de novo a água livre a Lisboa, tal como desconhecemos o modo

como a água seria distribuída no interior da cidade. Não restarão grandes dúvidas de que esse e eventualmente outros aquedutos seriam sempre complementados pela exploração dos próprios aquíferos do interior da cidade. As fontes termais, hoje encerradas, nas imediações de S. João da Praça e Alfama, de qualidades enaltecidas pelos geógrafos árabes medievais, deveriam ter sido usadas também desde época romana. Temos também muito poucas informações sobre os sistemas de saneamento básico típicos de qualquer grande cidade romana. No essencial, pouco mais conhecemos, para além de um esgoto urbano (*cloaca*) identificado sob a via que se conserva no claustro da Sé de Lisboa.

O conjunto de intervenções realizadas no subsolo da Baixa foi confinando cada vez mais a área de circulação das ribeiras ao eixo da Rua do Ouro, uma vez que se foram identificando vestígios de presenças romanas um pouco por toda a zona que se estende desde o sopé do



ELEMENTO ARQUITETÓNICO DA ÉPOCA ROMANA, PROVENIENTE DO CASTELO DE S. JORGE. [FOTOGRAFIA: CARLOS FABIÃO]

morro do castelo até ao eixo da Rua Augusta, tanto do lado Poente, como do Nascente.

Assim, é sem dúvida significativo o conhecimento que vamos tendo da cidade romana, ao mesmo tempo que outras observações realizadas na margem esquerda do Tejo vão ajudando a perceber como ela constituía verdadeiro núcleo polarizador de todo o estuário. Várias obras públicas têm revelado a presença de galerias de exploração aurífera, seguros elementos desse celebrado *aurifer Tagus*, na margem sul. Nada de absolutamente surpreendente, uma vez que Almada significa, literalmente, a mina, em árabe, sendo também bem conhecidas as referências medievais e modernas às minas auríferas da Adiça, também na margem sul do rio.

Não devemos porém supor que esteja fechado e definitivamente consolidada a imagem que temos da cidade romana. As surpresas não deixam de acontecer.

### Uma imagem em construção, feita de aquisições e surpresas

Se muito sabemos hoje sobre a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, há que reconhecer que ainda muito desconhecemos também.

Em primeiro lugar, permanece em aberto o problema da localização do *forum*, o grande edifício central das cidades romanas. As sugestões de implantação que têm sido alvitradas pelos diferentes estudiosos são tão díspares como: a área compreendida entre a Sé e a Igreja de Santo António, a zona do Largo da Madalena, o já referido *forum* comercial, na zona da Baixa ou, a hipótese que prefere o autor destas linhas, o lugar onde se implantou o Convento dos Lóios, a meia encosta, imediatamente acima do teatro e em plano inferior à alcáçova medieval.

Temos também muito pouca informação sobre os espaços residenciais do dia-a-dia. Conhecemos vários

monumentos: termas públicas, teatro, hipódromo, mas muito pouco sobre a cidade vivida no seu quotidiano.

O conjunto das informações foi também gerando a ideia de que *Felicitas Iulia Olisipo* se confinaria, de certo modo, ao morro do castelo e, no fundo, à cidade histórica de época medieval, sendo a ocupação da Baixa uma espécie de “subúrbio industrial” dedicado à produção de preparados de peixe. Contudo, as intervenções arqueológicas não deixam de nos surpreender.

Por um lado, a identificação de uma ampla zona de descarga de lixos identificada durante as obras do Museu do Banco de Portugal forneceu alguma indicação de que um dos confins da cidade, pelo lado Sudoeste, poderia andar pelas imediações da atual Praça do Município. Mas, por outro, a identificação de duas áreas ditas de fundeadouro, respetivamente, na área de estacionamento do Ministério da Marinha e, mais longe ainda, na Praça de D. Luís, não deixaram de surpreender. O que ali

se encontrou não é propriamente um vestígio de construções, bem pelo contrário, em zona profunda, que corresponderia a antigo leito do rio, recolheu-se sim um abundante conjunto de materiais de diferentes épocas, praticamente abarcando todo o período romano, desde o século I a. C. ao V d. C., em situação típica de “lixo de porto”, ou seja, materiais que caem das embarcações durante as operações de estiva (de carga e descarga) não tendo sido recuperados, revelando uma extensão para Oeste das zonas portuárias, a que falta ainda a necessária comprovação nas áreas que corresponderiam à terra firme.

Na zona da Baixa, a escavação de uma área residencial do lado poente da Rua do Ouro veio lançar alguma perturbação sobre a ideia consolidada do “subúrbio industrial”, demonstrando que o tipo de utilização destes espaços pode ser mais rica e diversificada do que se supunha. Mais importante do que isso, lançou uma dúvi-

da, de momento não esclarecida, sobre o lugar e modo como desceriam até ao Tejo as já mencionadas ribeiras que circulavam pela zona da Baixa. Estariam elas de algum modo confinadas? Por margens construídas ou mesmo por um canal? Só futuros trabalhos poderão esclarecer a questão.

Uma outra intervenção arqueológica recente, na zona da atual Rua do Passadiço, uma paralela à Avenida da Liberdade, em cota mais elevada, na direção da colina de Santana, veio revelar o que poderia ser uma presença efetivamente suburbana, provavelmente de âmbito já rural. Teremos naturalmente de imaginar a cidade romana rodeada de uma cintura hortícola indispensável ao abastecimento alimentar de frescos a *Olisipo*. Bem entendido, estes hortícolas e frutícolas poderiam ainda ser explorados em regiões mais afastadas dos actuais concelhos de Loures, Amadora ou Oeiras, onde não faltam também os vestígios romanos de evidente cariz rural.

Mas essa ruralidade deveria vir, na realidade, até às portas da cidade se não mesmo penetrando no seu interior.

Finalmente, a última das surpresas consistiu na identificação de um edifício romano na Rua Victor Córdon. Este sim, algo de extraordinário, já que sempre se pensou que a cidade romana não se estenderia até a esta colina e, a sua localização de meia encosta, sem estar enquadrado em área de potencial uso agro-pecuário, vem suscitar todo um feixe de novas questões que importa aprofundar futuramente. De momento, a presença romana na colina de S. Francisco, na encosta voltada ao Tejo, é uma realidade. Resta saber qual poderia ter sido a natureza e extensão da ocupação do local.

### **O destino de *Felicitas Iulia Olisipo***

Que a cidade romana se foi edificando e transformando ao longo do tempo é ponto assente, como sempre acontece com qualquer aglomerado urbano.

O teatro foi construído nos inícios do século I d. C. e recebeu melhoramentos logo no reinado de Nero, utilizando as rochas ornamentais da atual zona de Sintra – e esta exploração de rochas ornamentais do território *olisiponense* poderá ter sido um outro recurso não despendendo na economia da cidade. Mas já não estaria em uso no século IV, quando o Império Cristão se desinteressou por esta anteriormente popular forma de arte, como a edificação de uma habitação em um dos seus acessos veio demonstrar.

O hipódromo, destinado às façanhas dos tais velozes cavalos, nascidos de éguas fecundadas pelo vento, e seus condutores terá sido construído mais tarde, na periferia da cidade, onde podia encontrar espaço suficiente para se instalar, junto de antigas áreas sepulcrais e de uma das vias que conduzia à cidade, a partir do Norte. Podemos imaginar que nesses tempos em que o teatro já era uma ruína, os *olisiponenses* se deleitassem com esse po-

pularíssimo espetáculo, que resistia às tremendas condenações da Igreja. As outrora imponentes (supomos) termas construídas pelos Cássios recebem obras significativas, de raiz, refere a inscrição encontrada, garantindo a continuidade dos hábitos de higiene instituídos pelos romanos. Estas naturais transformações orgânicas que qualquer cidade conhece decorriam também em *Olisipo*, que teria o seu bispo Cristão, em conformidade com as novas tendências seculares. Nada indica que a cidade tivesse decaído ou perdido importância, nos “séculos obscuros” que se seguiram à queda de Roma, mas seguramente adquiria uma nova fisionomia. Sirva de exemplo a rua identificada no Claustro da Sé, que foi segmentada e reconvertida em espaço doméstico de uso privado.

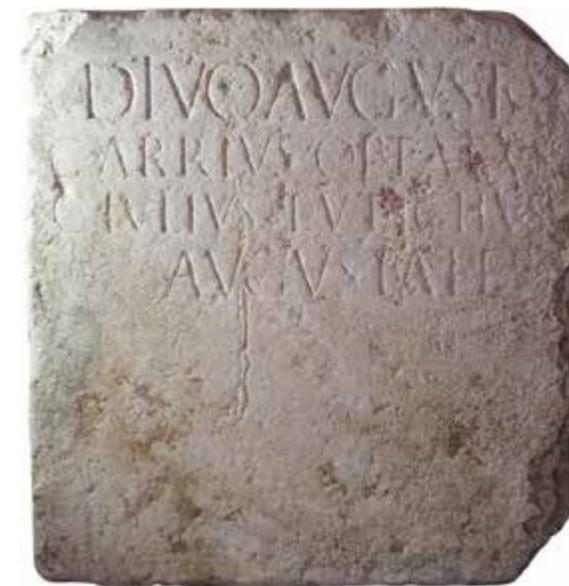
Ao longo da Idade Média a cidade continuou a existir, seguramente com configurações e topografias diversas, adaptando-se aos novos padrões de cada época, mas sem que haja qualquer sinal de perda de relevância, tanto

a nível local, como regional. Viveu sem dúvida vicissitudes várias, por mais de uma vez, foi palco de conflitos entre suevos e visigodos, por mais de uma vez assolada pelos vikings, tomada por muçulmanos e, de novo, palco de conflitos internos em âmbito islâmico ou de confrontos de mouros e cristãos. Mas, em 1147, nas vésperas da definitiva tomada de Lisboa pelo primeiro rei de Portugal, assim a descreveu um cruzado oriundo do Norte da Europa:

*“Ao tempo a que a ela chegámos, era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa (...) os seus terrenos, bem como os campos adjacentes, podem comparar-se aos melhores e em nenhum são inferiores, pela abundância do solo fértil, quer se atenda à produtividade das árvores quer à das vinhas. É abundante de todas as mercadorias, quer sejam de elevado preço, quer de uso corrente; tem ouro e prata. Não faltam ferreiros, prospera nela a oliveira, nada há nela inculto ou estéril (...)*

*de tal modo abundante de figos, que nós a custo pudemos consumir uma parte deles. Até nas praças vicejam os prados (...) os seus ares são saudáveis e há nela banhos quentes”.*

Excluindo algum louvor excessivo, feito para enaltecer o feito de armas que foi a sua conquista, ou a surpreendente ausência de qualquer menção à riqueza piscícola, o relato parece demonstrar que a cidade continuava rica e próspera, no século XII. Provavelmente, se até nós tivesse chegado algum relato da época romana, não teria sido muito diferente.



PEDESTAL EM HONRA DO DIVINO AUGUSTO, ENCONTRADO EM 2009, QUANDO SE PROCEDIA A OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO Nº 3 E 4 DO LARGO DO CONTADOR-MOR, EM LISBOA. [FOTOGRAFIA: PAULO ALVES | WWW.MATRIZNET.DGPC.PT]



PARTE CENTRAL DO TEATRO ROMANO DE LISBOA. ZONA DA ORCHESTRA AINDA COM  
ALGUMAS LAJES DE PAVIMENTAÇÃO EM MÁRMORE.  
[FOTOGRAFIA: JOSÉ AVELAR | MUSEU DE LISBOA]

## FELICITAS IULIA OLISIPO COMO A CIDADE SE ORNAMENTOU

43

LÍDIA FERNANDES ARQUEÓLOGA, COORDENADORA MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO / EGEAC

No passado como no presente, a forma como as cidades se mostram não é casuística. A morfologia das casas e ruas, a matéria-prima empregue e a ornamentação que a cidade ostenta é o reflexo de uma identidade. As formas, técnicas, matérias e motivos utilizados partem de uma tradição, por vezes enraizada num passado longínquo, outras refletindo modelos importados. Estes arquétipos ornamentais que provêm de outros locais podem ser aplicados de forma direta, ou traduzir uma reelaboração que entrecruza influências entre os modelos importados e os pré-existentes.

Em época romana este fenómeno é visível, por exemplo, na decoração que a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*

adotou para se mostrar a si própria e, especialmente, para se dar a ver ao outro. Nobilitada entre os anos 31-27 a. C., é manifesta uma primeira monumentalização, evidente, a par de outros fatores, na edificação do teatro. O local elegido – a meia encosta da atual Colina do Castelo – traduziu, sabemos-lo hoje, um objetivo claramente propagandístico. O volume do edifício marcaria imponentemente a paisagem urbana. De forma inédita, os olisiponenses terão visto crescer perante os seus olhos, grandes edifícios públicos abertos à população que, no seu conjunto, traduziam um novo conceito de aglomerado populacional. Iniciava-se então, o conceito de cidade tal como hoje o entendemos.

É natural que, neste primeiro momento, tenha sido a matéria-prima local a elegida, não só pela abundância, mas porque os primeiros construtores romanos, na grande maioria militares, trariam consigo formas de construir que a empregavam, conjuntamente com o estuque, para o revestimento, no qual era moldada a ornamentação mais pormenorizada.

O modelo tipológico e técnico seria, naturalmente, o fornecido pela capital da província onde se integrava administrativamente *Olisipo*, ou seja, *Augusta Emerita* (atual Mérida, em Espanha). Fundada em 25 a. C., com pouco mais de 6000 habitantes (correspondentes ao cômputo das legiões destinado a habitá-la) seria uma cidade construída e habitada por militares. Também aqui está identificada uma fase inicial de monumentalização que recorreu à pedra local depois estucada. É o que se observa, por exemplo, no teatro o qual, antes da renovação sofrida em meados/finais do séc. I d. C., seria

decorado com capitéis estucados da ordem jónica e toscana. Também em Lisboa, no Museu de Lisboa – Teatro Romano, vários capitéis jónicos, talhados em pedra local e originalmente decorados com estuque oferecem um paralelo próximo.

Com a pacificação do império feita por Augusto inicia-se um novo e próspero período. Da Síria ao norte de África, da Turquia ao Egito, chegam a Roma novos produtos e matérias-primas. O gosto altera-se e o apreço pelo exótico manifesta-se.

Esta alteração de gosto igualmente se faz sentir na ornamentação arquitetónica, especialmente a partir de meados do séc. I d. C., integrando-se no que se designa por “política de marmorização”, iniciada no centro do Império e implementada, paulatinamente, nas províncias ocidentais. Este processo de passagem de uma “arquitetura militar”, num primeiro momento edificador, para uma “arquitetura do mármore” é comprovado, na cida-

de de *Olisipo*, no ano 57 d. C., através de uma inscrição existente no *proscenium* – muro de delimitação do palco – e na pavimentação da *orchestra* (área destinada à elite cidadina) com o emprego de mármore cinzentos e rosa.

A *marmora* é a pedra que passa a atrair as atenções, oferecendo superfícies homogêneas e cores apelativas. Neste conceito incluem-se, naturalmente os mármore, mas igualmente outras pedras que, não o sendo, apresentam características similares. A partir de então, a ornamentação dos elementos arquitetónicos passa a ser talhada diretamente na pedra como, por exemplo, de alguns capitéis jónicos do teatro, de dois capitéis coríntios da Rua da Padaria ou do exemplar, de estilo corintizante da Casa dos Bicos, peças que se integram entre os finais séc. I d. C. e o séc. II d. C..

Podemos situar o modelo destes exemplares nos ateliés orientais que então abasteciam Roma, ainda que as



CAPITEL DE ESTILO CORINTIZANTE (DERIVAÇÃO DA ORDEM ARQUITETÓNICA CORÍNTIA)  
PROVENIENTE DA CASA DOS BICOS.  
[FOTOGRAFIA: JOSÉ AVELAR | MUSEU DE LISBOA]



CAPITEL JÓNICO TARDIO DA TERMAS DOS CÁSSIOS.  
[FOTOGRAFIA: LÍDIA FERNANDES | MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO]

peças de *Olisipo* denotem, por vezes, uma decoração menos cuidada. Curiosamente, a partir dos sécs. III e IV d. C., a cidade irá preferir um retorno à ordem jónica com modelos bem padronizados que se afastam dos mais habituais da província da Lusitania, o que evidencia uma autonomia e liberdade ornamental da cidade. Capitéis encontrados na necrópole da atual Praça da Figueira, nas termas dos Cássios e também nos arredores da cidade, provêm de ateliers itinerantes que comprovam, em épocas tardias, uma atividade em plena laboração.

Outras peças, como monumentos funerários, inscrições, cornijas, capeamentos, lajes de revestimento e mosaicos, a par de alguns frescos que se conservam, completam este quadro ornamental da cidade de *Olisipo*, o qual, no seu, conjunto, permite afiançar uma plena Romanidade. O afastamento físico ao centro do império não parece ter impedido uma atualização constante dos repertórios decorativos com que a cidade se adornou.



PEDRAS EM MÁRMORE CINZA E ROSA DO PROSCAENIO DO TEATRO ROMANO DE LISBOA ONDE CORRIA UMA INSCRIÇÃO PELA QUAL SABEMOS QUE ESTA OBRA DE REMODELAÇÃO ARQUITETÓNICA FOI REALIZADA NO ANO 57 D. C.. [FOTOGRAFIA: LÍDIA FERNANDES | MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO]

# NA LISBOA POMBALINA

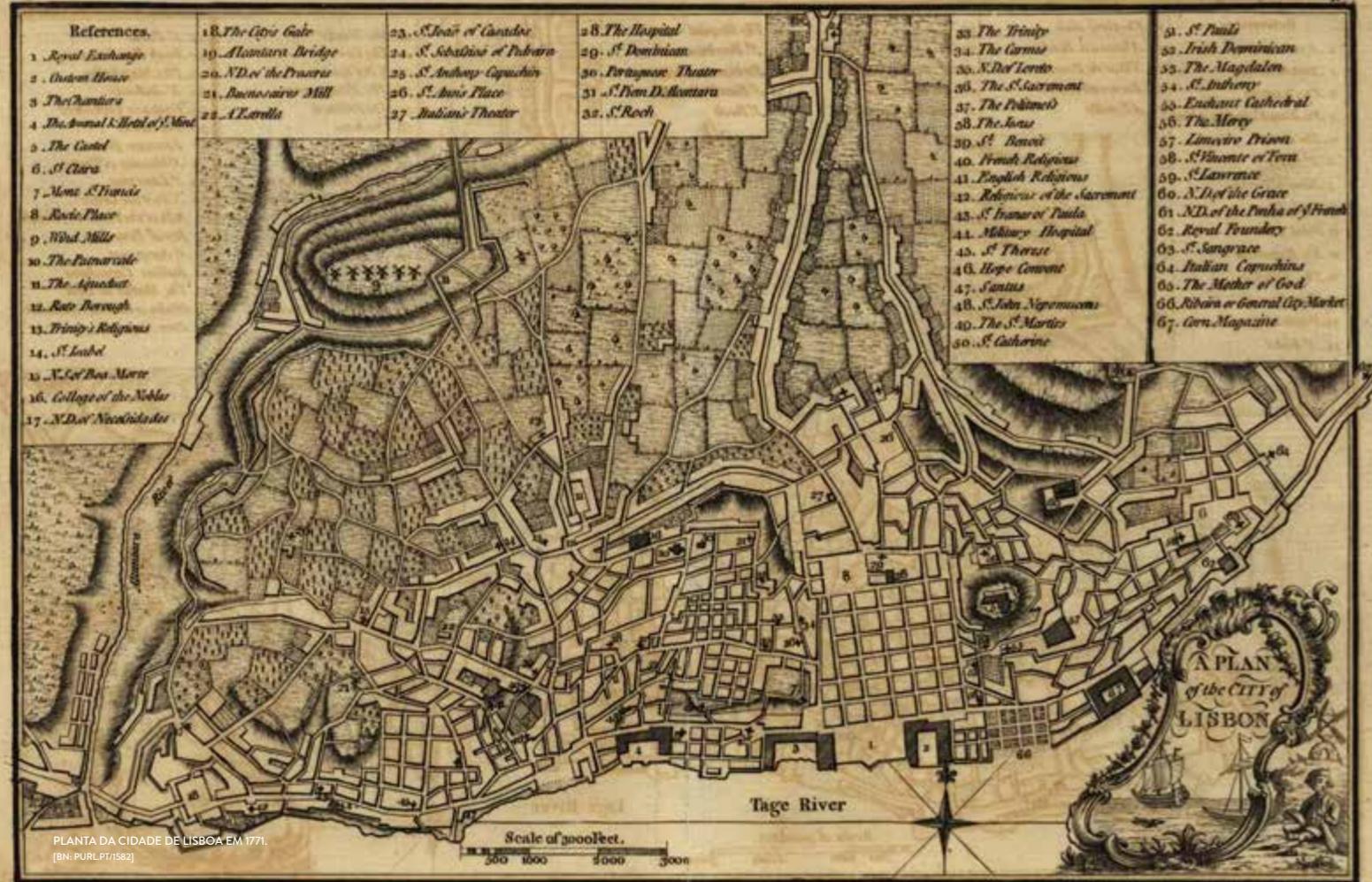
CARLOS ALVES  
FÁTIMA BEJA E COSTA

## A Lisboa pré-pombalina. Dimensão e perspectivas

As cidades são espaços em constante mutação. Debaixo dos nossos pés encontram-se pedaços de história que revelam histórias de povos e de gentes que modelaram o espaço à sua medida e se adaptaram aos diversos condicionalismos impostos pelo tempo e pelo espaço. Lisboa não é exceção. A cidade representa o somatório de diversas ocupações reveladas ao longo das últimas décadas nas diversas campanhas arqueológicas levadas a cabo nos mais diversos quadrantes, permitindo aos investigadores perceber a dinâmica evolutiva do espaço e a sua importância no contexto histórico.

O rio Tejo foi uma testemunha privilegiada da construção da cidade lisboeta ao longo das centúrias, estabelecendo uma relação muito próxima com os seus habitantes e convertendo-se numa janela para o mundo. O rio que outrora era uma fonte de esperança e de notícias do novo mundo, foi o mesmo que, na fatídica manhã do primeiro dia de novembro de 1755, mostrou toda a sua fúria e força, irrompendo com as turbulentas águas pelas ruas de uma das mais belas cidades portuárias da Europa, destruindo-a quase na sua totalidade.

A cidade pré-pombalina é o resultado de diversas remodelações e reordenações levadas a cabo, princi-



PLANTA DA CIDADE DE LISBOA EM 1771.  
[BN: PURL/PT/1582]

palmente, durante a Idade Média, imprimindo-lhe uma imagem composta essencialmente por ruas sinuosas, estreitas e com pequenos becos, fruto de uma vincada coexistência entre muçulmanos e cristãos. Foi, aliás, no século XII, durante o período em que estas duas comunidades esgrimiram argumentos no campo de batalha, que a cidade de Lisboa se afirmou enquanto pólo islâmico, protegido por uma cintura de muralhas com um arrabalde circundante. A ocupação cristã, em 1147, abriu uma nova era para a cidade de Lisboa. A ocupação católica permitiu a instituição de quatro igrejas paroquiais, a saber: Madalena, S. Nicolau, Santa Justa e S. Julião. Em torno destas igrejas desenvolver-se-iam núcleos urbanos que conferiram dimensão e corpo à nova cidade. A consolidação do reino de Portugal, e o conseqüente processo de Reconquista para destinos meridionais, permitiu à cidade de Lisboa ganhar preponderância e protagonismo na geografia política do novo reino.

Dentro da campanha de reformas das fortificações portuguesas levadas a cabo durante o reinado de D. Dinis, a cidade de Lisboa foi contemplada com a construção de uma nova frente de muralha ao longo do vale da Ribeira, unindo a colina de S. Jorge com a colina de S. Francisco. Verificou-se uma preocupação pela dinamização da área ocidental da cidade, composta pelas colinas de S. Francisco e do Carmo. A execução desta obra tinha como finalidade imprimir uma crescente dinâmica e vitalidade à urbe, ao mesmo tempo que o monarca lançava as bases para a vocação marítima de Lisboa enquanto entreposto comercial. A este novo troço de muralha correspondeu a reestruturação da Rua Nova, um grande eixo de desenvolvimento da cidade para ocidente ao longo das margens do rio Tejo, adquirindo uma extensão e largura sem paralelo até ao século XVIII.

A crise dinástica, que afetou a monarquia portuguesa no último quartel do século XIV, deu origem a um con-

fliito beligerante entre os reinos de Portugal e Castela. As diversas invasões perpetradas pelos exércitos castelhanos deixaram graves feridas no território português, sendo Lisboa, pela sua representatividade, o alvo mais cobiçado.

Na iminência da guerra, em 1373, D. Fernando ordenou a construção de uma nova cintura de muralhas, ficando conhecida como *cerca fernandina* ou *cerca novaem*, em oposição à *cerca velha*.

A muralha congregou a anterior cerca mourisca, desenhando para nascente e poente duas grandes áreas irregulares, à semelhança de um tríptico fortificado, cuja parte central era representada pela cerca árabe. Na sua globalidade, a cidade de Lisboa ficou com um perímetro amuralhado a rondar os 100 ha, correspondendo, grosso modo, a uma ampliação de seis vezes e meia da “cerca velha”, sendo necessário três anos para a sua construção, contando com 5400 m de extensão, 77 torres e 38 portas.

Portanto, a cidade cresceu no interior de uma nova cintura de muralhas onde foram implantados diversos edifícios capazes de corresponder às necessidades da população, quer ao nível religioso, quer no domínio civil, catapultando a cidade para uma dimensão europeia.

Foi, contudo, no reinado de D. Manuel I que Lisboa se projetou no mundo. Desta feita, o monarca delineou um plano de revitalização e enobrecimento urbanístico tendo em vista o projeto dos Descobrimentos. O Paço da Ribeira, localizado nas antigas tercenas (estaleiros, celeiros) mandadas edificar por D. Dinis, foi um dos primeiros projetos levados a cabo por D. Manuel. O programa delineado pelo monarca tinha como principal elemento o conjunto arquitetónico da Ribeira. O futuro Terreiro do Paço instituiu-se como um ponto de referência de um quadro mental abstrato, orientando a cidade em todos os seus quadrantes. Para que isto fosse possível, as tercenas, importantes numa perspetiva



GRAVURA DE LISBOA ANTERIOR AO TERRAMOTO PUBLICADA ENTRE 1710 E 1750? DE AUTORIA GEORGE MATTHAUS SEUTTER. [BN: PURL\_PT12760]

puramente económica, na medida em que foram determinantes para o fabrico de navios e para a fundição de canhões, foram divididas entre os novos estaleiros da Ribeira das Naus e as novas tercenas, entretanto instaladas na nova rua de Cata-que-Farás (atual Rua do Alecrim).

A visão de D. Manuel para a cidade de Lisboa era a de uma cidade capaz de ombrear com as suas congéneres portuárias do norte e do sul da Europa, uma cidade cosmopolita aberta para o novo mundo. Neste sentido, a partir de 1499, são adotadas medidas legislativas capazes de regular as atividades construtivas, bem como os seus agentes. Assim, numa ação conjunta entre a Câmara Real e o Senado do Município, foi realizado o regimento dos carpinteiros, pedreiros e aprendizes, que permitiu compilar apenas num documento todas as profissões relacionadas com a construção civil, bem como os respetivos materiais a utilizar futuramente.

A legislação manuelina foi ao encontro da uniformização das fachadas dos imóveis, procedendo à demolição de todos os balcões e balcoadas da cidade, uma medida importante para a definição do urbanismo lisboeta e, mais tarde, com repercussões no urbanismo nacional.

Os novos quarteirões edificados durante o século XVI encontravam-se virados para as margens do Tejo, acompanhando o desenvolvimento da cidade para ocidente e opondo-se, de uma forma simbólica e ideológica, ao ordenamento urbano de frente, voltada para a Rua da Prata dos Escravos e para S. João da Praça.

A remodelação urbana da antiga Ribeira numa grande praça, em 1513, e a instituição oficial de um imposto para as obras públicas demonstrava a perceção da cidade enquanto capital de um império que estruturava as suas redes económicas e militares.

No entanto, o abalo sísmico do dia de Todos-os-Santos, do ano de 1755, representou para o país e para a

cidade, em particular, o início de um novo ciclo político, social e artístico.

Ao terramoto seguiu-se um devastador incêndio, colocando cerca de dois terços das ruas da cidade totalmente inabitáveis, atingindo indiscriminadamente os imóveis civis e religiosos, instalando a desordem entre a população, somente interrompida e solucionada pela intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o orientador da nova cidade de Lisboa. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra durante a governação de D. José I assumiu, em 1756, a pasta do Reino, iniciando uma governação absolutista, pautada por um conjunto de reformas de índole estatal.

Contudo, a figura do futuro Marquês de Pombal está diretamente relacionada com a reconstrução da Baixa de Lisboa, comunmente conhecida como a Baixa Pombalina.

O estado das finanças nacionais à época não era propício para iniciar tamanha campanha de reconstrução,



GRAVURA DE GABRIEL BODENEHR, O PAI, PUBLICADA ENTRE 1700 E 1758, REPRESENTANDO O TERRAMOTO DE 1755. [BN: PURL.P1/27593]

pelo que chegaram ao reino ofertas e ajudas econômicas das mais diversas monarquias europeias. Internamente, o comércio de Lisboa prontificou-se a oferecer ao monarca um imposto de 4% sobre os direitos que incidiam nas mercadorias chegadas à alfândega local, destinadas à reconstrução das estruturas públicas da cidade.

Com efeito, o Ministro do Reino, para evitar um surto de construções desordenadas, determinou, a 3 de dezembro, que não se fizesse nenhuma construção para além dos limites antigos da cidade, sendo reforçada posteriormente, no dia 30 do mesmo mês, com um diploma que proibia qualquer construção enquanto não estivesse terminado o inventário das propriedades.

Simultaneamente, iniciar-se-iam os novos planos para a reconstrução da cidade lisboeta. No dia 4 de dezembro de 1755, o Marquês de Pombal recebia das mãos do General Manuel da Maia (1677-1768) a sua “dissertação” sobre o processo reconstutivo de Lisboa, apresentando

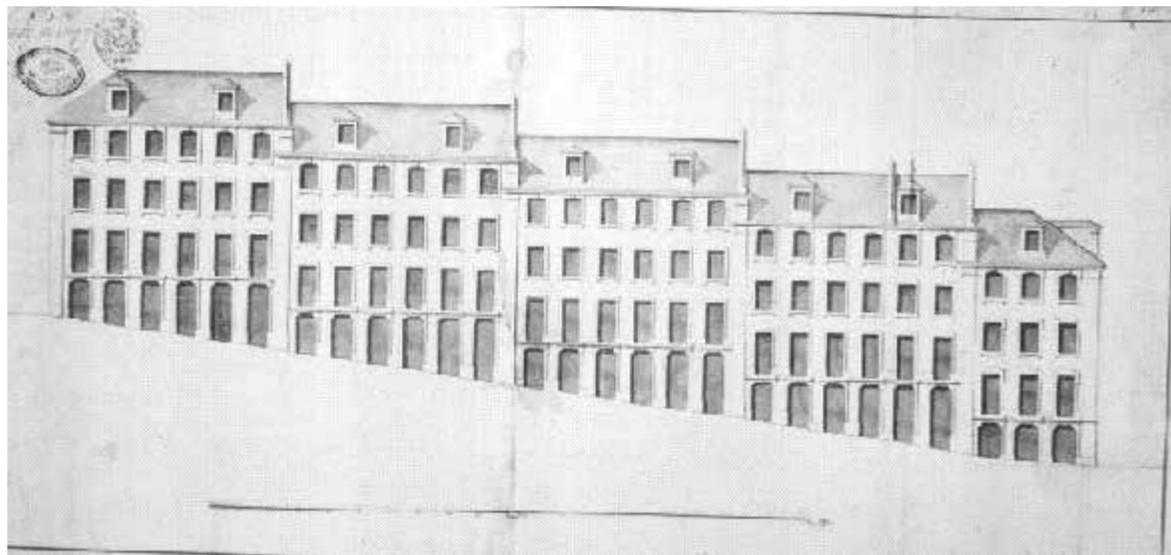
seis soluções estratégicas para reformular urbanisticamente a cidade. Manuel da Maia, de idade avançada, era essencialmente conhecido por ser engenheiro militar, encarregando-se da direção da Aula de Fortificações. A sua experiência foi determinante para a formulação do plano urbanístico, para o qual organizou três equipas de trabalho que desenvolveram o traçado da reconstrução ordenada da cidade. O plano selecionado foi o do capitão Eugénio dos Santos, que sistematizou todos os problemas experimentados nas outras soluções.

No que diz respeito à baixa, o estudo urbanístico foi circunscrito a nascente pela Rua da Madalena e a poente pela Rua do Alecrim, abrangendo a zona Ribeirinha entre o largo de S. Paulo e a Doca da Marinha. O projeto de reconstrução da Baixa, elaborado segundo as diretrizes de Manuel da Maia e do próprio Marquês de Pombal, foi concebido por Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Elias Sebastião Pope, todos eles engenheiros militares,

sendo Eugénio dos Santos e Carlos Mardel também arquitetos civis. O projeto ficou riscado em apenas três meses e aprovado em 1758.

Outros problemas prementes se vislumbravam no processo de reconstrução da futura Baixa Pombalina, nomeadamente com o processo de loteamento dos terrenos, concluído entre os anos de 1759 e 1760, período em que se devem registar as primeiras construções de caráter tendencialmente habitacional, com lojas para comércio no rés-do-chão e domicílios unifamiliares nos andares superiores. Este novo modelo de construção caracteriza a transição da habitação unifamiliar para a habitação coletiva em altura, assumindo uma rutura entre o solo e o habitat tradicional.

Os imóveis agora edificados apresentavam uma linearidade estética visível, sobretudo na fachada que, como nos evidencia José Augusto França, se podem dividir em três tipos de modelos, aplicados mediante as con-



PLANTA DE IMÓVEIS POMBALINOS DA NOVA CIDADE APÓS O TERRAMOTO DE 1755.  
[AML-PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MMM/000053 | IMAGEM AF/IMG.119/A59358.JPG.]

dicionantes da sua localização, moldando-se não só à hierarquia dos espaços públicos, mas também à sua orografia. Portanto, um dos principais modelos foi utilizado nas ruas mais nobres da Baixa, apresentando cantarias recortadas em todas as portas e janelas, ombreiras a simular consolas, o arco da janela do terceiro andar com pedra de fecho inserida na cornija e o primeiro andar separado dos demais por uma faixa. O segundo modelo é o resultado de uma variação do primeiro, com varandas no primeiro andar, pese embora não se encontre a faixa separadora, apresentando cantarias sem recorte e com ou sem fechos na janela do terceiro andar. Por fim, o último modelo identificado diz respeito a uma simplificação dos modelos anteriores. Este não apresenta varandas e as cantarias das janelas não se encontram recortadas. No piso do rés-do-chão os vãos correspondem às lojas ou às entradas dos prédios, conjugando vergas curvas, retas ou com pequenos recortes nas extremidades.

As fachadas dos prédios vão igualmente deixar de possuir elementos decorativos ou utilitários, uma vez que a licença de 16 de junho de 1759 proibia a existência de degraus, mísulas, gelosias e, inclusivamente, argolas para a amarrar das montarias.

Os projetos iniciais contemplavam a construção de apenas três pisos, verificando-se mais tarde a construção de imóveis com cinco pisos.

Nas últimas décadas do século XVIII foi autorizada a construção de mais um piso, sobre a cornija, alterando os primeiros modelos arquitetónicos. Verificam-se agora modificações na composição volumétrica das fachadas. Os imóveis edificados durante este período caracterizam-se por uma traça uniforme, incorporando-se em diversos quarteirões.

Parte considerável dos imóveis que compõem a malha urbana da Baixa de Lisboa foi edificada entre a década de 60 do século XVIII e a primeira década do século XIX, de

acordo com as disposições régias e as diretivas da Casa do Risco das Obras Públicas.

Podemos ainda considerar que a arquitetura da Baixa Pombalina é o produto de uma evolução e adaptação à escala da arquitetura em série, patrocinada pela monarquia portuguesa e pelas suas colónias além-mar, segundo elementos compositivos e metodologias construtivas padronizadas.

Contudo, o projeto para a Baixa Pombalina vai buscar inspiração a modelos internacionais, concretamente nos casos das cidades de Londres e Turim, pese embora, do ponto de vista morfológico e arquitetónico, nos surjam como modelos referências às cidades francesas de Reims, Lion, Bordéus, Nanci ou Nantes.

No que diz respeito ao capítulo estrutural, o prédio pombalino vai introduzir um modelo pioneiro nos sistemas de construção: uma estrutura em madeira composta por peças verticais, horizontais e oblíquas devida-

mente ligadas entre si, formando um sistema estável, vulgarmente conhecido como *gaiola pombalina*.

Para a correta aplicação da *gaiola pombalina*, o edifício teria que obedecer previamente a um conjunto de requisitos estruturais, nomeadamente a existência de um primeiro andar abobadado suportado por pilares e paredes de cantaria de pedra. Imediatamente a seguir, construir-se-iam os pisos superiores, onde coexistiam paredes interiores e frontais, em regra geral de alvenaria ou tijolo reforçados com uma armação interior de madeira, feita em modelo de *Cruz de Santo André*, e tabiques. Com a utilização da *gaiola pombalina* era possível construir-se paredes significativamente mais leves e aumentar a flexibilidade do imóvel, ao contrário das tradicionais paredes de alvenaria. As acessibilidades aos compartimentos eram rasgadas no meio da estrutura, de maneira a ficarem módulos estruturais completos de cada lado. Em alguns casos, sobre a estrutura da

*gaiola* era pregado um fasquiado que servia de suporte ao reboco, tornando as divisórias mais leves e elásticas. Portanto, estavam criados os modelos para o desenvolvimento do novo parque habitacional de Lisboa, cujo o imóvel da Rua Vítor Cordon é representativo.

#### **O edifício da Vítor Cordon: arquitetura, espaços e protagonistas**

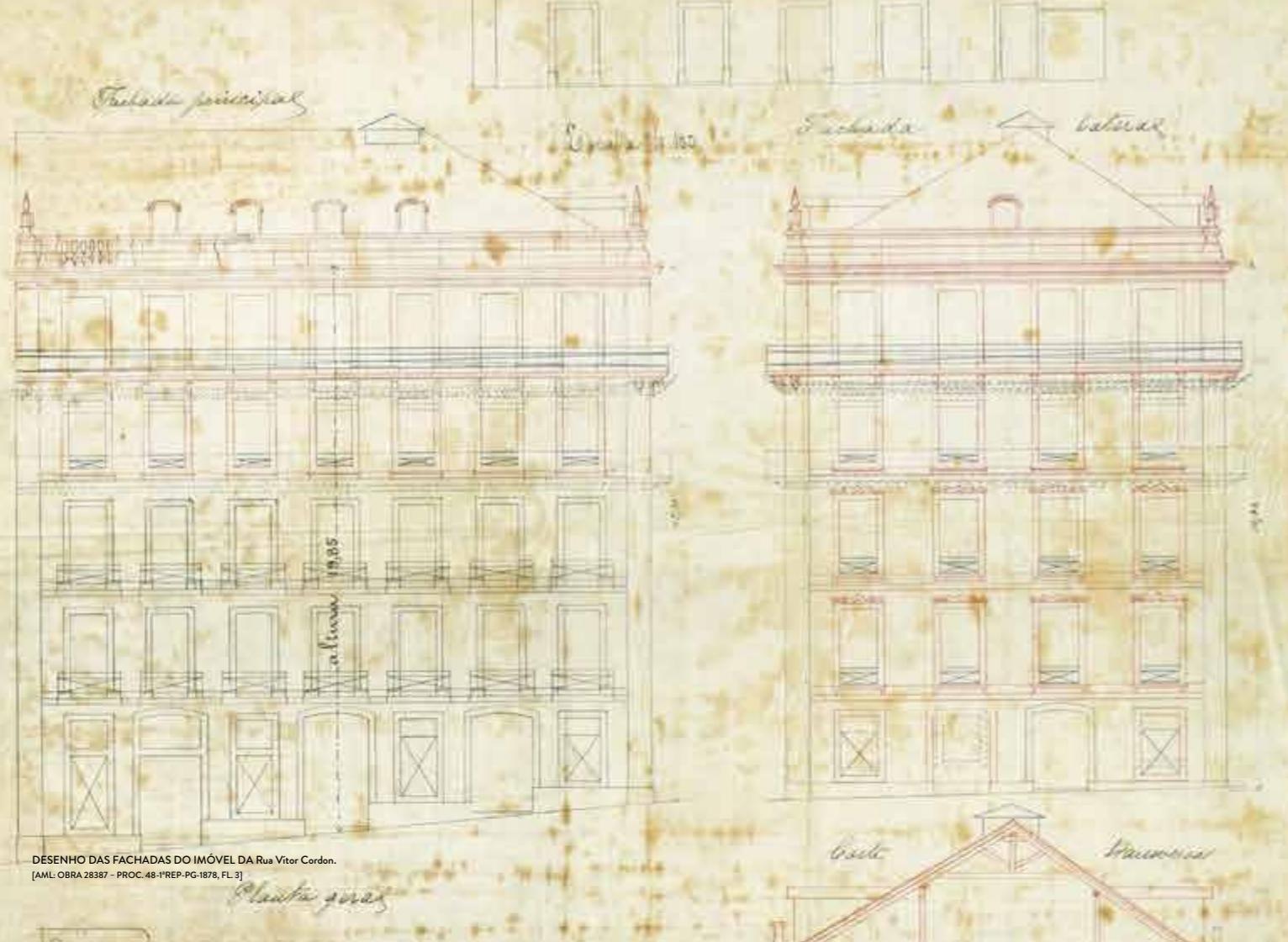
A Rua Vítor Cordon deve o seu nome ao exímio explorador africano que viveu entre 1851 e 1901. Francisco Maria Vítor Cordon destacou-se pela sua formação militar, participando em expedições em Angola, no âmbito do reforço da estrutura ferroviária, sendo nomeado, em 1882, governador de Ambriz. A paixão por África fez com que regressasse em 1888, desta feita, a Moçambique.

A sua dedicação à causa africana valeu-lhe diversas homenagens, entre elas a proclamação, por parte da

Câmara dos Deputados, como benemérito da pátria e de Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, pelo governo.

Ainda em vida, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu, a 6 de fevereiro de 1890, atribuir o nome do explorador africano a uma rua, substituindo o antigo topónimo da Rua do Ferragial de Cima. Portanto, o edifício localizar-se-ia inicialmente entre as Ruas do Ferragial de Cima (hoje Vítor Cordon) e do Ferragial de Baixo, rua que manteve o seu topónimo até à atualidade. Contudo, a Rua do Ferragial de Cima também teve a designação de Rua Direita dos Mártires, em virtude da sua proximidade com a Igreja de Nossa Senhora dos Mártires.

O quarteirão definido pelas ruas Vítor Cordon, Ferragial de Baixo, Calçada do Ferragial e Duques de Bragança é composto por 3 imóveis. Em virtude das condicionantes topográficas, os edifícios construídos naquele espaço definem-se por se enquadrarem no quarteirão



DESENHO DAS FACHADAS DO IMÓVEL DA Rua Vitor Cordon.  
[AML: OBRA 28387 - PROC. 48-1°REP-PG-1878, FL. 3]

de uma forma escalonada. Dos três edifícios que compõem o quarteirão, o imóvel com os números de polícia 35 a 39 da Rua Vitor Cordon/ 12 a 20 da Rua do Ferragial de Baixo é aquele que se destaca na paisagem urbana pela imponência do seu pé direito.

A situação periférica do imóvel em relação às principais artérias da nova Baixa Pombalina podem ter ditado a sua tardia edificação que remonta a 1801, como nos indica a inscrição na arcaria no *hall* de entrada. No entanto, este fator não contribuiu para o desvio nos modelos e padrões arquitetônicos definidos pelo programa pombalino, integrando-se em perfeita harmonia com o restante conjunto edificado.

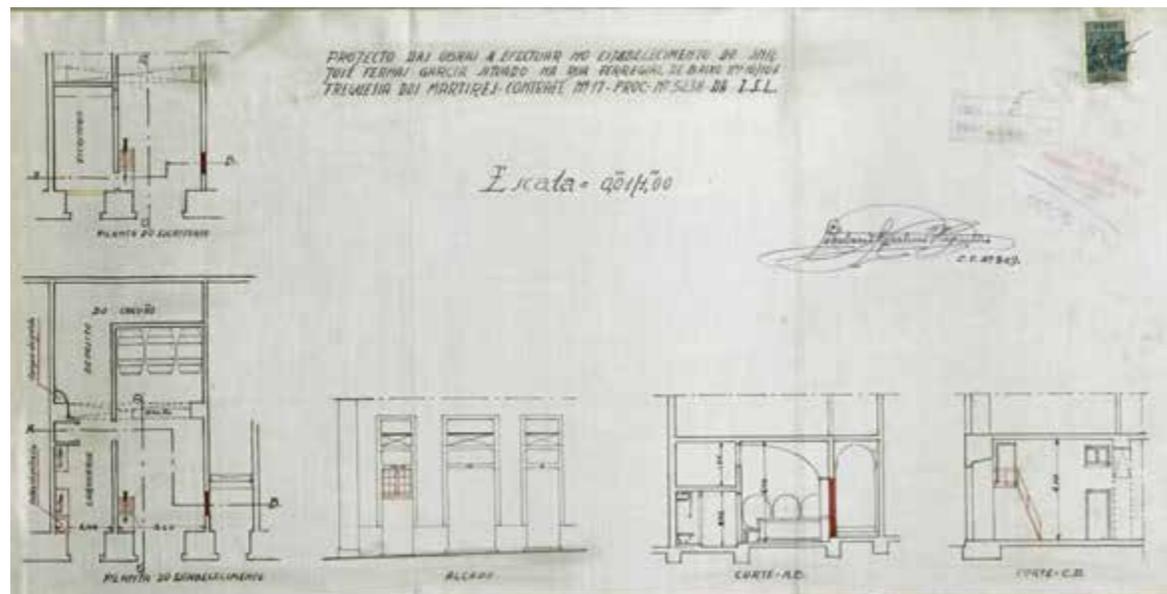
As fontes documentais são omissas em relação a qualquer intervenção entre os períodos de 1801 e 1859, data em que nos surge referenciado o nome de Maria Ignez Costa como proprietária do imóvel. Sabemos, no entanto, que, em 1878, o Visconde Ribeiro Silva, na qualidade

de proprietário, decidiu proceder a remodelações na fachada posterior voltada para a Rua do Ferragial. As obras permitiram recuar a fachada cerca de 6,80m, dando origem a um terraço.

O imóvel era composto por R/C, 4 pisos e uma mansarda. Esta última era corrida por uma balaustrada e pinnáculos nos ângulos a rematar as pilastras. Na fachada principal apresentava uma sequência de 7 janelas de verga reta, apresentando no 4º piso um balcão corrido a toda a largura do imóvel.

Nas primeiras décadas do século XX, Guilherme D' Orey, enquanto proprietário do imóvel, realizou arranjos no interior juntamente com a construção de mais duas mansardas em ambos os alçados, a ladear as existentes no último piso. Porém, por razões que a documentação não nos conseguiu discernir, o projeto não foi concretizado.

A finalizar a década de 20 do mesmo século, Joaquim d' Araújo, enquanto proprietário do imóvel, requereu à



PROJETO DE OBRA REALIZADO NA CARVOARIA LOCALIZADA NA RUA DO FERREGIAL  
[AML: OBRA 26023 - PROC 9586-DSC-PG-194, FL. 5]

polícia um número de porta, até então inexistente, para a Rua do Ferragial, sendo-lhe atribuído, por conseguinte, o número 10A.

Entretanto, nos inícios dos anos 30, no piso térreo voltado para a Rua do Ferragial, instalar-se-ia uma carvoaria e uma casa de vinhos. O espaço foi alvo de sucessivas obras de remodelação tendo em vista a sua funcionalidade. Desde logo, em 1931, foi construído um pavimento e uma divisória para o armazenamento de utensílios.

Em 1935 sabemos que José Fernandes Garcia era o proprietário da carvoaria e da casa de vinhos, pretendendo naquele ano avançar com o encerramento de uma porta de comunicação entre aqueles espaços, bem como proceder a reparações internas e externas.

Na primavera de 1937, proceder-se-ia à substituição da cobertura de telha portuguesa por telha tipo marselesha, com respetivo algeiroz, não alterando a fachada.

Interiormente efetuaram-se reparações no 4º andar. Porém, o edifício começou a apresentar as primeiras debilidades físicas, obrigando o município de Lisboa a intimar António Ferreira de Freitas a proceder à caiação ou pintura das fachadas, a solucionar as empenas das caixas de escadas e saguões, a efetuar a limpeza e reparação nos telhados e, por último, a reparar as canalizações exteriores até ao final de abril desse mesmo ano, sob a pena de sofrer uma sanção pecuniária.

Tendo em vista a manutenção da salubridade e, sobretudo, uma coerência estética entre os imóveis, foi emitida, em 1939, uma licença para se proceder à limpeza dos prédios e demais obras de beneficiação a cada 8 anos, sendo indicado que o prédio em questão fosse pintado em cor cinzenta pérola.

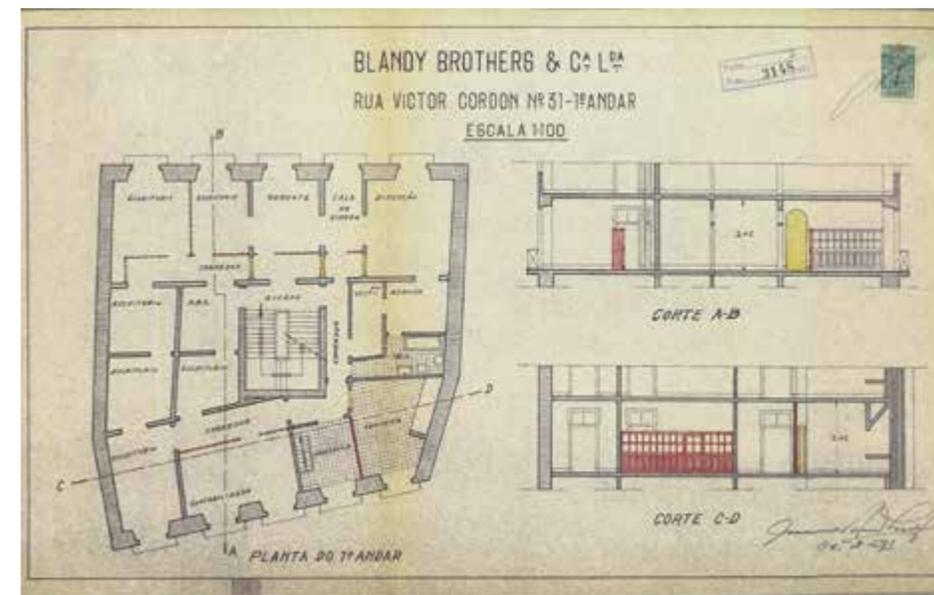
Será somente em 1949 que voltamos a ter referências acerca do estabelecimento da carvoaria e da casa de vinhos, desta feita sob a posse de Elvira Paz Teixeira,

que levou a cabo um conjunto de trabalhos de recuperação do espaço, nomeadamente através da demolição de prateleiras de madeira, existentes no depósito do carvão, da construção de uma prateleira de betão para a substituição das anteriores e da reparação de tetos, paredes e pavimentos, conforme as exigências camarárias, que, numa perspectiva sobretudo direcionada para questões de higiene e segurança, determinou que o estabelecimento devia remover o piso intermédio de madeira, bem como as prateleiras do mesmo material, reparar os tetos, as paredes e abrir um corredor com um metro de largura, para facilitar o acesso a todos os pontos do estabelecimento. A divisão da 4ª Repartição de Edificações Urbanas visitou o imóvel em maio de 1953 e verificou que parte da sacada da varanda do 3º andar, voltada para a Rua do Ferragial, se encontrava partida, estando ainda parte da mesma em ruína. Neste sentido, António Ferreira de Freitas, proprietário do imóvel, foi intimado para

efetuar a sua substituição, situação que se registou no verão seguinte.

Todavia, as obras não ficaram por aqui. Em 1955, procedeu-se a reparações no 4º andar direito para sanar infiltrações e remodelar o telhado. Os tetos e os pavimentos também foram alvo do processo de restauro, bem como as janelas da cozinha e sala de jantar. Foi exigido ainda, por parte da câmara municipal, a recolocação do lambrim de azulejo na escada da entrada para a Rua Vítor Cordon.

No primeiro piso do edifício encontrava-se estabelecida a empresa Blandy Brothers & Cª. Lda., fundada por John Blandy. Esta empresa radicou-se, em 1911, na Madeira, dedicada ao comércio de vinho. Mais tarde, alargou-se a outros ramos de negócio relacionados com a banca e com o turismo. A companhia instalou-se, de seguida, em outros destinos como Las Palmas ou Tenerife, chegando posteriormente a Lisboa e ao 1º



PLANTA DO IMÓVEL DA Rua Vítor Cordon ONDE ESTEVE INSTALADA A COMPANHIA BLANDY BROTHERS.  
[AML: OBRA 26023/PROC.3148-DAG-PG-1957, FL. 3]

piso da Rua Vítor Cordon. A Blandy Brothers destacar-se-ia pela particularidade de ser a perscrutora na execução de perfurações flatélicas, enquanto marcas de segurança.

Uma vez instalada, necessitou de proceder a um conjunto de transformações no piso. Neste sentido, em 1956, foram construídas instalações sanitárias, aproveitando-se o compartimento existente no piso intermédio junto da fachada posterior. O pavimento, que era de soalho de madeira sobre vigamento de madeira, foi substituído por um de betonilha armada. Este novo pavimento foi assente sobre o existente. As paredes de compartimentação foram edificadas em tijolo leve.

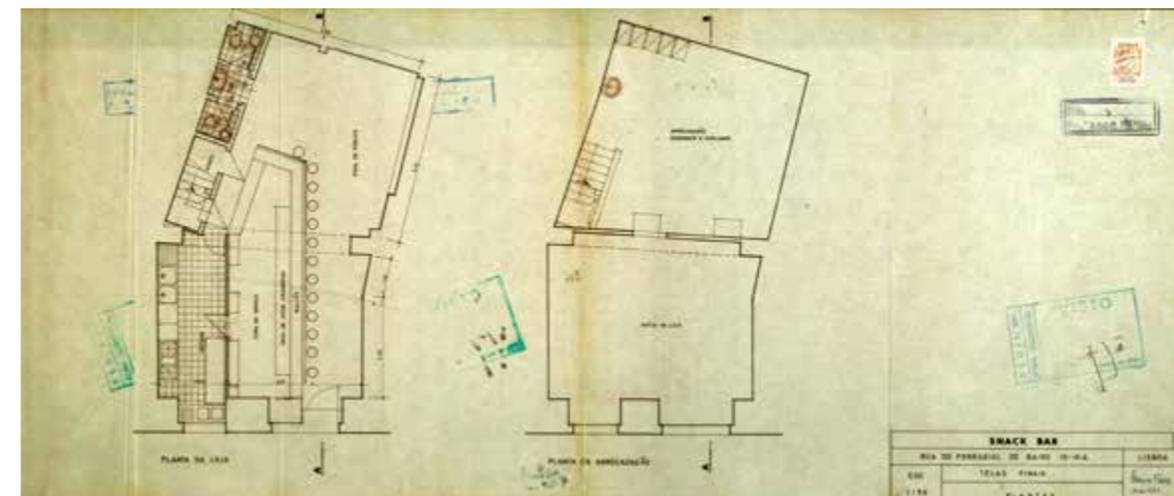
A finalizar o ano de 1956, realizou-se um conjunto de remodelações simples nas instalações dos escritórios e projetou-se a abertura de alguns vãos de porta e de divisórias envidraçadas. Para além das divisórias e da abertu-

ra de vãos, foi contemplada a pintura de tetos, paredes, portas e guarneçimentos.

Nos alvares da década de 60, Suzane de Freitas, enquanto proprietária do imóvel, solicitou ao município de Lisboa a licença para proceder à realização de pinturas e beneficiação das estruturas, não sendo, contudo, discriminadas quais as intervencionadas.

A finalizar a década, o 1º andar do prédio, voltado para a Rua do Ferragial, evidenciava uma má conservação do estuque e do teto, colocando à vista o travejamento parcialmente apodrecido. Verificou-se ainda que no teto e nas paredes havia um conjunto de fendas provocadas pelo peso excessivo do andar superior, com entrada pela Rua Vítor Cordon.

Durante a década de 70 não foram registadas intervenções de relevo. Contudo, em 1980, a antiga carvoaria foi transformada em Snack Bar. Portanto, para a adaptação do espaço reservado aos números 10-10A a



PROJETO DE ADAPTAÇÃO A SNACK BAR DO PISO INFERIOR.  
[AML-OBRA 26023 - PROC 3508-DMPGU-OB-1981, FL. 7]

Snack Bar foi necessário construir um piso intermédio, destinado a arrecadação do rés-do-chão. O piso era composto por uma laje de elementos pré-fabricados, apoiada em perfis de aço em L. Esta solução tinha como principal objetivo simplificar a construção, evitando a abertura de roças nas paredes existentes. O acesso a este piso era feito por uma escada de um lanço em betão armado.

Meses mais tarde, proceder-se-ia à demolição de paredes interiores, sendo criada a zona de cozinha, uma zona de serviços, com apoios e balcões frigoríficos, um balcão em aço inox com bancos e uma zona pública, bem como a adaptação das instalações sanitárias existentes. Para a obtenção de um pé direito capaz de garantir as melhores condições de ventilação do espaço, foi necessário rebaixar o pavimento em cerca de 20 cm.

No que diz respeito ao tratamento da fachada exterior, o novo projeto previa um respeito pelos vãos, con-

siderando apenas uma mudança de caixilharia para elementos de alumínio metalizado. Foi ainda considerada a instalação de ar condicionado pelo sistema de condutas que permitiam a exaustão, o aquecimento e o renovação de ar servindo todas as zonas.

Em 1981, foi registado um conjunto de obras executadas sem licença, nem projeto, promovidas por Alexandra Ribeiro Fontainhas, no rés-do-chão do nº 10 na Rua do Ferragial. As obras constaram da demolição de uma parede de cimento e tijolo que servia de divisão a uma sala contígua, com o fito de transformar a carvoaria em Snack-Bar. No outono desse ano, foram feitas alterações no conjunto decorativo das paredes, cuja documentação consultada não especifica.

Com efeito, em 1983, teve início um conjunto de obras no interior do prédio, correspondendo à demolição das paredes interiores e do pavimento, situação que colocou em risco a estabilidade do edifício.

Nesse mesmo ano de 1983, o município foi informado da ampliação de dois pisos, correspondentes ao 5º e 6º andar. O despacho camarário referia que o imóvel em questão já possuía esses dois pisos suplementares, pelo menos desde os anos 70 do século XX. A construção destes andares alterou significativamente a verticalidade do imóvel, descaracterizando-o em relação ao restante conjunto arquitetónico que compõe o quarteirão.

Ainda no mesmo ano de 1983, as obras de demolição e remodelação dos interiores foram embargadas, sendo retomadas somente no inverno, momento em que se concluíram as sapatas e os pilares, desde o R/C até ao último piso.

Em 1986, no seguimento de uma tentativa de aumento de renda aos inquilinos, foi necessário proceder ao levantamento do historial do edifício, constatando-se que o prédio não possuía um projeto de construção.

Na primavera de 1989, foi proposto ao município lisboeta o acerto dos vãos da fachada aprumados pelos pisos inferiores de maneira a minimizar o impacto dos pisos superiores no conjunto do imóvel.

Foi necessário esperar pelo início da década de 90 para voltar a encontrar um registo, desta feita relacionado com as condições de conservação do imóvel. Com efeito, a visita ao prédio, pela câmara municipal, constatou que este apresentava, à data, um elevado estado de degradação interior e exterior, nomeadamente no 3º andar, sendo inclusivamente considerado em situação de ruína. Os gradeamentos das varandas também se encontravam em elevado estado de degradação. No último patim verificava-se um desnível da escada por efeito das inundações provocadas pelos danos da clarabóia. Em 1991, as intervenções permitiram a conservação das fachadas. O processo caracterizou-se pela lavagem das cantarias, restauro das caixilharias das janelas, portas e

janelas de sacada. As paredes exteriores foram alvo de uma nova pintura e reboco. Os gradeamentos foram reparados e repintados a esmalte verde garrafa.

A finalizar a década de 90, foi necessário proceder ao reforço da estrutura da cobertura, por ameaçar ruína.

Em 1998, executou-se a reabilitação do beiral do edifício com o intuito de lhe devolver o seu carácter primitivo. Para tal, foi demolida uma platibanda que se constituía como um elemento dissonante no conjunto arquitetónico.

### Conclusão

Em conclusão, o edifício localizado na Rua Vítor Cordon é o resultado da renovação urbanística da cidade de Lisboa no período subsequente ao terramoto de Lisboa. O imóvel, apesar de não se inserir na primeira linha de edifícios construídos nas principais ruas de Lisboa, não deixou de aplicar os conhecimentos téc-

nicos e artísticos dos novos edifícios pombalinos, nomeadamente na aplicação da gaiola de madeira que foi a principal inovação no que diz respeito à construção civil. Por outro lado, o facto do imóvel ter sido edificado nos inícios de oitocentos, não reivindicou para si novos modelos artísticos ou arquitetónicos introduzidos na arte portuguesa, manteve um respeito pela tradição construtiva dos seus congéneres e vizinhos, a cêrcea de um bairro pós-pombalino que se afigura como um modelo secundário na arquitetura desse período.

Com efeito, o estudo do imóvel conta com um corpo documental que nos permite traçar a sua evolução histórica entre 1859 e 1996. Apesar de existirem alguns hiatos de tempo, foi-nos possível compilar uma série de informações determinantes para a compreensão histórica do imóvel localizado entre a Rua Vítor Cordon e Rua do Ferragial.



PORMENOR DE PAINEL DE AZULEJOS DO SÉCULO XVIII DO VÃO DAS ESCADAS.  
[FOTOGRAFIA: PEDRO SOBRAL DE CARVALHO]

Pese embora não se verifique uma diferenciação estilística, arquitetónica e artística nos tratamentos dos alçados da Rua do Ferragial e da Rua Vítor Cordon, o interior é ligeiramente diferente. Com efeito, assistimos a uma distinção na composição do espaço. As áreas voltadas para a Rua Vítor Cordon demonstram um maior respeito pela traça original, enquanto os compartimentos confinantes para a Rua do Ferragial apresentam uma maior ação do tempo e do homem na sua estrutura e respetivo estado de conservação.



# REVELAR O PASSADO

# OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS

ANTÓNIO VALONGO  
JOÃO PIMENTA

## Introdução e localização

O edifício da Rua Vítor Cordon nº 29-33 / Rua do Ferragial nº 6-10A, insere-se num quarteirão edificado em 1801, composto por três imóveis, localizados entre o Beco da Rua dos Duques de Bragança, a Rua do Ferragial, a Calçada do Ferragial e a Rua Vítor Cordon (figura 1).

No âmbito da remodelação deste conjunto edificado, e tendo em conta a sua localização na área imediata de implantação da antiga muralha Fernandina, foram acautelados quaisquer vestígios de índole patrimonial através da realização e trabalhos de arqueologia preventiva, da responsabilidade científica de um dos signatários (A. V.).

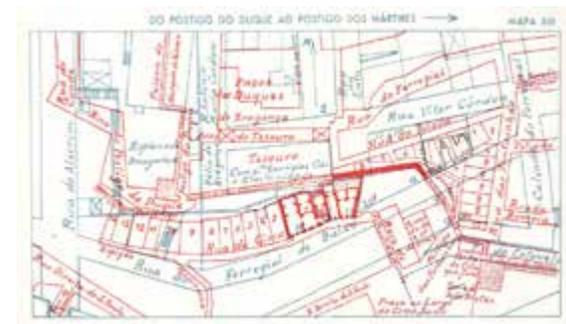


FIGURA 2 PLANTA DO TROÇO DE MURALHA DA CERCA FERNANDINA, ENTRE O POSTIGO DO DUQUE E A PORTA DE CATA-QUE-FARÁS SEGUNDO SILVA, 1987, MAPA XIII. COM A IMPLANTAÇÃO, A NEGRO, DA ÁREA ALVO DA PRESENTE INTERVENÇÃO.

### Dados da escavação

Os trabalhos desenvolveram-se em duas fases distintas: uma primeira fase, durante os meses de agosto e setembro de 2014, compreendeu a abertura de cinco sondagens parietais de leitura do edificado e oito sondagens de diagnóstico de escavação no interior da loja do piso inferior com sensivelmente 26m<sup>2</sup>; uma segunda fase de escavação em área da totalidade do edifício nº 6 da Rua do Ferragial, onde se encontrava prevista a construção de uma garagem subterrânea, entre o início de fevereiro e finais de abril de 2015.

As leituras parietais revelaram-se infrutíferas do ponto de vista da presença de pré-existências à construção do edifício novecentista, não atestando qualquer vestígios da muralha Fernandina.

As sondagens de diagnóstico atestaram a existência de estratigrafia e a presença de estruturas anteriores à construção do edificado, que induziram ao alargamento dos trabalhos.

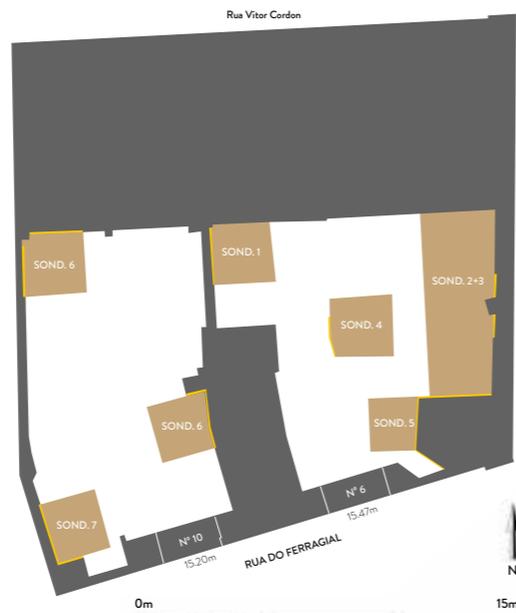


FIGURA 3 PLANO DE SONDAÇÕES EFETUADAS. ■ SONDAÇÕES PARIETAIS



FIGURA 4 TRABALHOS DE CAMPO. EM SEGUNDO PLANO, AS ESTRUTURAS PRÉ-POMBALINAS.



FIGURA 5. VISTA GERAL DO NÍVEL DE ABANDONO, U. E. [429], DAS ESTRUTURAS ROMANAS IDENTIFICADAS.

A escavação em área, do edifício nº 6 da Rua do Ferragial, permitiu analisar as estruturas exumadas, revelando tratar-se de contextos habitacionais pré-pombalinos, com evidentes sinais de afetação pelo terramoto de 1755 e em particular pelo forte incêndio que se lhe sucedeu. Tendo em conta a cartografia histórica da cidade, estas estruturas correspondem a um imóvel, que existia entre a antiga Rua da Pelada e o Beco do Jasmim e que não subsistiu à reconstrução da cidade pós-terramoto (Vieira, 1987).

A escavação efetuada revelou que este edifício se desenvolvia em duas plataformas a nível de cota. Uma superior virada para a Rua da Pelada, e outra inferior virada para o Beco do Jasmim. Tal facto é evidente no nível dos pavimentos setecentistas e na existência na área de escavação, de uma forte parede construída de socalco, que deveria corresponder a plataforma diferenciadora do interior deste imóvel (figura 6).

O evoluir da escavação na plataforma superior, permitiu verificar que sob esta ocupação de época moderna e parcialmente cortadas por esta, existiam unidades de características argilosas muito compactas, associadas a estruturas pétreas que remetiam para uma cronologia pretérita de época romana.

Tendo em conta a relevância para o conhecimento da história da cidade e das suas dinâmicas de ocupação, decidiu-se desmontar as estruturas pré-pombalinas para permitir uma melhor perceção desta nova realidade.

A presença de um nível de ocupação romano, foi inicialmente detetada na escavação do nº 10 da Rua do Ferragial (figura 6), traduzindo-se aí numa pouco expressiva unidade estratigráfica que assentava sobre o substrato geológico, U. E. [810] e [821]. O progressivo alargar e aprofundar da investigação, permitiu verificar a existência de uma significativa e potente ocupação de época romana, encontrando-se esta materializada em



FIGURA 6 PLANTA DO EDIFÍCIO DA RUA VÍTOR CORDON N° 29-33 / RUA DO FERRAGIAL N° 6-10A, COM A IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS PRÉ-POMBALINAS A CINZENTO.



FIGURA 7 PLANTA DO EDIFÍCIO DA RUA VÍTOR CORDON N° 29-33 / RUA DO FERRAGIAL N° 6-10A, COM A IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS E ESTRUTURAS ROMANAS A CASTANHO.

- ESTRUTURAS ÉPOCA CONTEMPORÂNEA
- ESTRUTURAS ÉPOCA ROMANA
- CAMADA ÉPOCA ROMANA
- GEOLÓGICO/ARGILAS

estruturas de alguma complexidades no edifício contíguo, o nº 6 da mesma artéria.

Apesar da exiguidade da área intervencionada, e do facto de estes níveis terem sido cortados pelas ocupações posteriores, foi possível identificar três estruturas de época romana correspondentes a um edifício, revelando algumas complexidade construtiva (figura 7): de acordo com a sequência estratigráfica e o estudo dos materiais é possível distinguir três fases para esta construção.

Em meados do século I d. C., é edificado um edifício que na área intervencionada é construído pela parede U. E. [438]. Constituindo esta aparentemente o limite de uma construção mais complexa que se desenvolve para Oeste sobre o edifício limítrofe (figura 7 e figura 8, onde estas estruturas e estratigrafia associada aparecem em corte e alçado).

U. E. [438] – muro com 3,00 de comprimento, 0,50m de espessura e uma altura conservada de

0,60m, composto pedras de médio calibre unidas por uma argamassa de coloração amarela-laranjada. Assenta sobre um embasamento U. E. [454]. Preservando este 0,60m de altura e sendo constituído por pedras de pequeno e médio calibre, unidos por um ligante similar ao acima descrito.

Posteriormente numa segunda fase à estrutura U. E. [438], é aduzido um muro de planta semicircular, U. E. [438]. Tendo em conta a análise da parede U. E. [439], é plausível supor estarmos perante uma abside semicircular. O facto de esta evidenciar uma canalização constituída por lateres, aparentemente destinada ao escoamento de águas, leva a supor podermos estar perante uma área termal, ainda que outras leituras sejam plausíveis.

U. E. [439] – muro de planta semicircular, com 1,90m de comprimento e uma altura conservada de 0,65m, composto pedras de médio calibre e

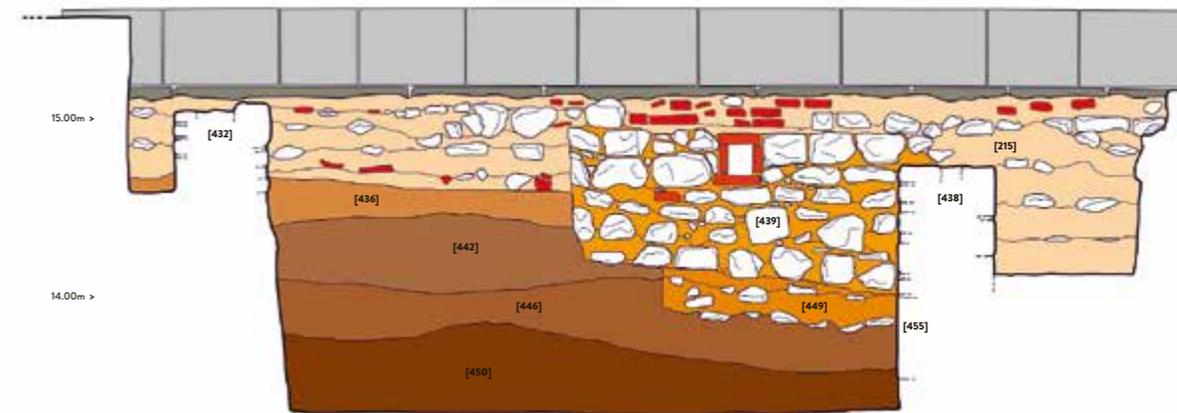


FIGURA 8 SONDAGEM 4 (ALARG.), U. E. [439], ALÇADO, CORTE E PERFIL DAS ESTRUTURAS ROMANAS IDENTIFICADAS. EM FUNDO A AMARELO CLARO E A CINZA CORRESPONDEM RESPECTIVAMENTE ÀS FUNDAÇÕES DAS ESTRUTURAS POMBALINAS E AO INÍCIO DO ALÇADO DAS MESMAS.

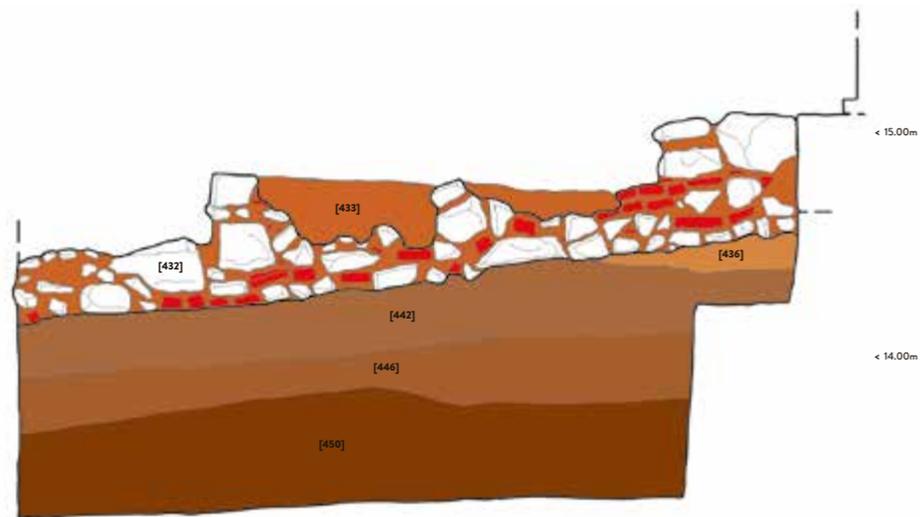


FIGURA 9 U. E. [432]. ALÇADO E PERFIL DA ESTRUTURA ROMANA U. E. [432] IDENTIFICADA NA RUA FERRAGIAL Nº 6.



FIGURA 10 ESTRUTURA ROMANA U. E. [432], CORRESPONDENDO À FASE II.



FIGURA 11 VISTA GERAL DO EDIFÍCIO ROMANO DA FASE I.

argamassa amarela-laranjadas. Refere-se contudo, que não foi possível aferir a sua espessura conservada devido ao facto da estrutura se encontrar, na sua totalidade, sob a parede a norte do atual edifício.

Num terceiro momento, que como veremos pelo estudo dos materiais situamos em finais do século II d. C. a meados do III d. C., é efetuado uma regularização da área externa a esta abside U. E. [436], e é construído sobre esta unidade, um muro paralelo à parede U. E. [438]. Esta nova estrutura U. E. [432], evidencia distinta técnica de construção das paredes anteriormente descritas (figura 9).

U. E. [432] – com 3,60m de comprimento, 0,50m de largura e uma altura máxima conservada de 0,58m, composto por pedras de pequeno e médio calibre, fragmentos de lateres e ligante argiloarenoso de matriz avermelhada.

Associado a esta estrutura e às anteriormente descritas, identificou-se um nível correspondendo ao seu abandono/destruição, U. E. [429]. Caracteriza-se por um nível de derrube, essencialmente composto por material de construção, fragmentos de telhas, ímbrices, lateres e fragmentos de argamassa e estuque pintado. A análise do raro espólio exumado nesta unidade, não permite aferir uma cronologia para a mesma. Destaca-se porém, ter-se identificado um fragmento de inscrição funerária romana em calcário de lioz rosa. Não nos detemos aqui na análise da epígrafe, visto a mesma ser alvo de um trabalho autónomo neste mesmo volume. Importa porém reter no âmbito da cronologia de abandono do edifício que pela paleografia, a inscrição remete para o séc. III d. C. Ou seja temos aqui um elemento que nos permite supor uma época de formação para este estrato de abandono, forçosamente posterior à datação da inscrição.



FIGURA 12. ÂNFORAS DO NÍVEL U. E. [436], ASSOCIADO À UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ROMANO DA FASE I.

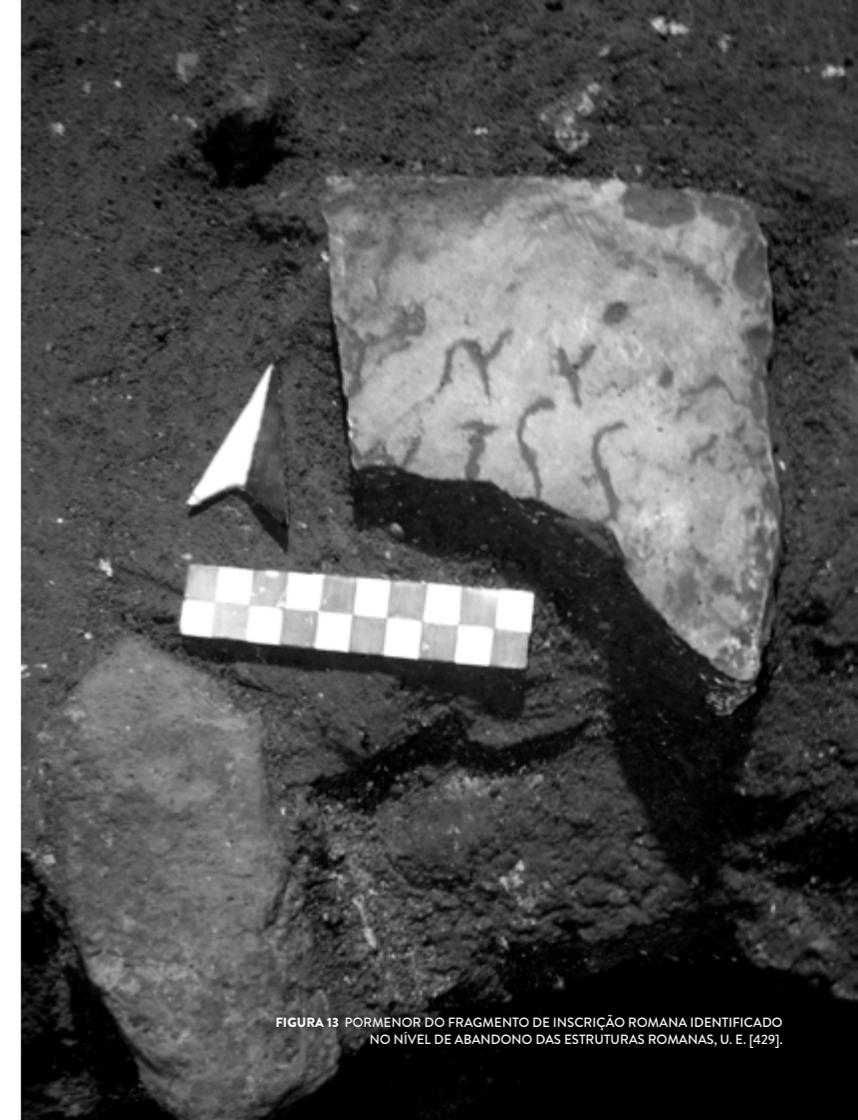


FIGURA 13. PORMENOR DO FRAGMENTO DE INSCRIÇÃO ROMANA IDENTIFICADO NO NÍVEL DE ABANDONO DAS ESTRUTURAS ROMANAS, U. E. [429].



### Estudo dos materiais

Apesar da exiguidade da área intervencionada, a análise cuidada das evidências estratigráficas e das correlações de materiais identificados nestas, permitem sustentar alguma coerência quer na datação da edificação do primeiro compartimento romano quer nas suas fases de ocupação, remodelação e abandono.

Partindo do geral para o particular, tentaremos deter a nossa atenção nos diversos conjuntos cerâmicos recolhidos, discutindo a sua presença e prováveis cronologias, assim como, caracterizando os restantes espólios exumados e que permitem caracterizar o tipo de ocupação do local.

Iniciamos o estudo, pelo conjunto de ânforas identificado. Estes típicos contentores destinavam-se ao transporte de produtos alimentares, normalmente a longas distâncias e são um documento de grande acuidade para o conhecimento quer da dieta e hábitos alimentares, visto que atestam de forma direta o consumo de

determinados produtos, tais como o azeite, o vinho ou os preparados piscícolas, quer da economia do mundo romano, visto que comprovam trocas interprovinciais e transregionais de bens alimentares.

As ânforas encontram-se bem representados por dezassete peças classificáveis, atestando cinco formas distintas, assim como três conteúdos diferentes.

As ânforas destinadas ao transporte de azeite do tipo Dressel 20, importadas da vizinha província romana da Bética e produzidas em larga escala no Vale do Guadalquivir e seus afluentes, encontram-se atestadas por dois fragmentos de bocal e uma asa, nas unidades estratigráficas associadas à primeira fase deste edifício.

#### 1 – N.º de Inv. R. FERR 101

Fragmento de bordo com arranque de asa de ânfora Dressel 20. Diâm. externo de 16 cm. Apresenta vestígios de um colo curto de onde arranca uma asa compacta de secção ovóide. A forma do bocal

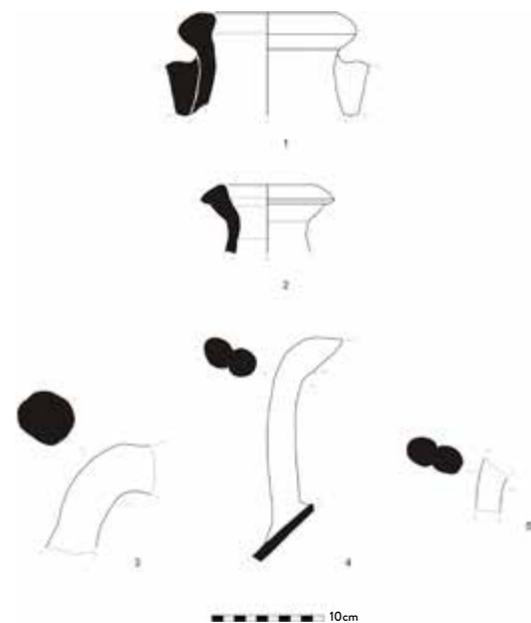


FIGURA 15 ÂNFORAS IMPORTADAS DO VALE DO GUADALQUIVIR E DA PENÍNSULA ITÁLICA.

permite sugerir uma datação enquadrada cronologicamente entre “Nero e Vespasiano” – 50 a 80 d. C. (Berni Millet, 2008). Pasta compacta e rugosa. Os elementos não plásticos são escassos de pequena dimensão e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, algumas inclusões negras (Xistos?), escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. Tom castanho rosado (Muns. 7,5 YR 7/3). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [435]. Figura 15, nº 1.

#### 2 – N° de Inv. R. FERR 102

Fragmento de bordo de ânfora Dressel 20 parva (de pequena dimensão). Diâm. externo de 12 cm. A forma do bocal permite sugerir uma datação “antoniniana” enquadrada cronologicamente entre 160 – 200 d. C. (Berni Millet, 2008). Pasta compacta e rugosa. Os elementos não plásticos constituídos por quartzos bem distribuídos e elementos de cerâmica moída e al-

gumas inclusões negras (Xistos?). Tom castanho claro (Muns.7,5 YR 6/4). A superfície externa apresenta uma aguada de tom castanho acinzentado (Muns.7,5 YR 6/2). Proveniente da U. E. [442]. Figura 15, nº 2.

#### 3 – N° de Inv. R. FERR 103

Fragmento de asa de ânfora Dressel 20. A forma da asa permite sugerir uma datação enquadrada cronologicamente entre “Nero e Vespasiano” – 50 a 80 d. C. (Berni Millet, 2008). Pasta compacta e rugosa. Os elementos não plásticos são escassos de pequena dimensão e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, algumas inclusões negras (Xistos?), escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. Tom castanho rosado (Muns. 7,5 YR 7/3). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Tendo em conta a forma da asa e a análise da pasta ainda que não cole deve corresponder à mesma ânfora que o exemplar R. FERR 101. Proveniente da U. E. [442]. Figura 15, nº 3.

Atestando a longa tradição de importação de vinho da península Itálica na cidade de *Olisipo*, que remonta ao período romano republicano, neste conjunto deparamo-nos com dois fragmentos das características asas bífidas das ânforas da forma Dressel 2-4. Estas ânforas começam a produzir-se e a ser comercializadas ainda nos finais do séc. I a.C., contudo continuam presentes em contextos arqueológicos alto Imperiais até ao período flávio ou mesmo antonino (Peacock e Williams, 1986).

#### 4 – N° de Inv. R. FERR 104

Fragmento de asa bífida e arranque de bojo de ânfora Dressel 2-4. Pasta homogénea e bem depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite, elementos ferruginosos e partículas negras de origem vulcânica. Tom castanho rosado (Muns. 2,5 YR 6/6). A superfície externa apresenta uma aguada de tom (Muns. 7,5 YR 8/3). Proveniente da U. E. [446]. Figura 15, nº 4.

**5 – Nº de Inv. R. FERR 105**

Fragmento de asa bífida de ânfora Dressel 2-4. Pasta de matriz arenosa e compacta. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, elementos ferruginosos e partículas negras de origem vulcânica. Tom castanho rosado (Muns. 5 YR 6/6). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [446]. Figura 15, nº 5.

As produções de ânforas da província da Lusitânia, e por inerência de produtos nelas transportados de cariz regional dos vales dos Rios Tejo e Sado, são como seria expectável, os contentores cerâmicos melhor representados.

Os típicos contentores por excelência de transporte e comercialização de preparados piscícolas lusitanos entre meados do século I d. C. e os inícios do século III d. C., designados da forma Dressel 14 (Fabião, 2004), encon-

tram-se atestados pela presença de três fragmentos de bocal e duas asas.

**6 – Nº de Inv. R. FERR 106**

Fragmento de bordo de ânfora Dressel 14. Lábio de perfil arredondado com espessamento externo. Diâm. externo de 20 cm. Pasta compacta e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados algumas inclusões negras, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 6/8). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 16, nº 6.

**7 – Nº de Inv. R. FERR 107**

Fragmento de bordo com arranque de asas de ânfora Dressel 14. Lábio de perfil arredondado com espessamento externo. Colo troncocónico com arranque de asa de fita de secção ovóide e sulco longitudinal. Diâm.

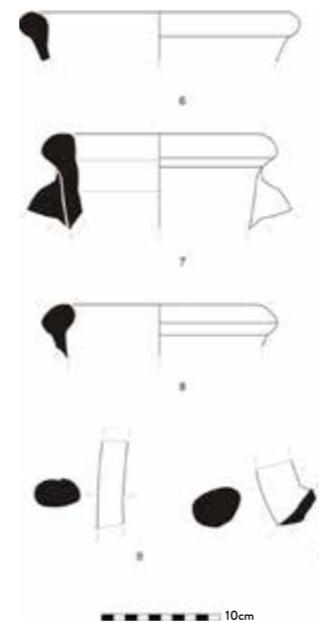


FIGURA 16 ÂNFORAS LUSITANAS DA FORMA DRESSSEL 14.

externo de 19 cm. Pasta compacta e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados algumas inclusões negras, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 7/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [435]. Figura 16, nº 6.

**8 – Nº de Inv. R. FERR 108**

Fragmento de bordo de ânfora Dressel 14. Lábio de perfil arredondado com espessamento interno. Diâm. externo de 20 cm. Pasta compacta e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados algumas inclusões negras, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 6/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 16, nº 8.

**9 – N° de Inv. R. FERR 109**

Fragmento de asa de ânfora Dressel 14. Asa de fita de secção ovóide e sulco longitudinal. Pasta compacta e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, algumas inclusões negras, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 6/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 16, nº 9.

**10 – N° de Inv. R. FERR 110**

Fragmento de arranque de asa de ânfora Dressel 14. Asa maciça de secção ovóide. Pasta compacta e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 6/6). Superfície

alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 16, nº 10.

Entre as produções lusitanas, destaca-se a presença de três bocais, dois fragmentos de parte do corpo e duas asas da forma Lusitana 3. Este recipiente corresponde a um modelo de ânfora de pequena dimensão e fundo plano, produzido no vale do Tejo e do Sado em meados do século II e III d. C. (Quaresma e Raposo, 2014). Ainda que, alguns dados apontem para início da sua produção ainda na segunda metade do século I d. C. (Idem, 2014). No que diz respeito ao seu conteúdo ainda que não existam provas definitivas é genericamente associado a conteúdos vinários.

**11 – N° de Inv. R. FERR 111**

Fragmento de bordo de ânfora Lusitana 3. Lábio de perfil arredondado. Diâm. externo de 12 cm. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados,

elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 6/8). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 11.

**12 – N° de Inv. R. FERR 112**

Fragmento de bordo de ânfora Lusitana 3. Lábio de perfil arredondado. Diâm. externo de 11 cm. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 2,5 YR 5/8). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 12.

**13 – N° de Inv. R. FERR 113**

Fragmento de bordo de ânfora Lusitana 3. Lábio de perfil arredondado. Diâm. externo de 10,3 cm. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados,

elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 5 YR 6/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 13.

**14 – N° de Inv. R. FERR 114**

Diversos fragmentos com colagem de ânfora Lusitana 3. Colo troncocónico curto com arranque de lábio. Preserva as duas asas perfil arredondado e secção oval. O Corpo é globular. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 5 YR 6/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 14.

**15 – N° de Inv. R. FERR 115**

Diversos fragmentos com colagem de ânfora Lusitana 3. Colo troncocónico curto. Preserva as duas asas perfil arredondado e secção oval com depressão

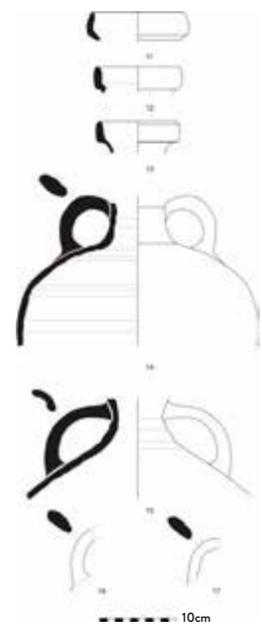


FIGURA 17 ÂNFORAS LUSITANAS DA FORMA LUSITANA 3.

longitudinal. O Corpo é globular. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 5 YR 4/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 17, nº 15.

#### 16 – Nº de Inv. R. FERR 116

Dois fragmentos com colagem de asa de ânfora Lusitana 3. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 5 YR 5/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 16.

#### 17 – Nº de Inv. R. FERR 117

Fragmento de asa de ânfora Lusitana 3. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos

não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 5 YR 5/6). Superfície alisada do tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 17, nº 17.

As cerâmicas ditas finas, de ampla circulação e importadas de diversos pontos do Império, são elementos de grande relevância para a atribuição de cronologias. Na intervenção em epígrafe estas cerâmicas são infelizmente relativamente escassas, compondo-se a amostragem cinco fragmentos de *terra sigillata* e um fragmento de asa de paredes finas.

Começamos pelas cerâmicas do tipo *terra sigillata*. Associado ao nível mais antigo de ocupação, recolheu-se um fragmento de forma indeterminada de *terra sigillata* sudgálica (R. FERR 118). As produções desta categoria cerâmica no sul da província romana da Gália remontam ao período Júlio-Cláudio, contudo sabemos

que a sua difusão se prolonga pela primeira metade do século II.

A partir do século I, diversas áreas da Península Ibérica iniciaram o fabrico de *terra sigillata*, imitando as formas sudgálicas e de tipo itálico (Viegas, 2003). Associado à ocupação da primeira fase do urbanismo atestado para a Rua do Ferragial recolheu-se um fragmento de *terra sigillata* Hispânica, que tendo em conta a análise macroscópica do seu fabrico, associamos a uma produção de Trício (antiga *Tritium Magallum*) (R. FERR 119). Ainda que estejamos perante um pequeno fragmento de bordo, a sua secção e perfil, leva-nos a prepor podermos estar perante a forma Drag. 27. Esta forma corresponde a uma taça de parede biconvexa, e bordo de lábio semicircular, podendo datar-se de meados do século I a II d. C. (Viegas, 2003).

Entre o escasso conjunto de *sigillata*, sobressai as importações norte Africanas, atestadas por três exemplares. Correspondendo estes, nomeadamente à deno-

minada *sigillata* clara A, que corresponde à fase inicial dessas produções. Apesar do estado fragmentário das peças é possível a sua classificação ainda que com cautelas. Temos assim dois fragmentos de bocal de taças que atribuímos às formas Hayes 14 a 17, com uma cronologia entre meados do século II e o século III (Hayes, 1972, p. 39-43). E um fragmento de bojo com arranque de lábio que atribuímos à forma Hayes 3, à qual é atribuída uma cronologia de meados do século I a II d. C. (Hayes, 1972, p. 21-25).

A par das cerâmicas tipo *terra sigillata*, identificou-se um fragmento de asa de paredes finas. Estes característicos recipientes são, essencialmente, compostos por taças e copos destinados ao consumo de líquidos. O fragmento de asa em questão evidencia, o típico fabrico das peças de paredes finas da capital da Lusitânia *Emerita Augusta* (Mayet, 1975). As produções Emeritenses iniciam a sua atividade na década de 50-60 d. C. au-

mentando a sua produção até inícios do século II d. C. e decaindo de forma brusca até metade do século II d. C., momento em que desaparece totalmente a sua produção (Bustamante Álvarez, 2011, p. 170).

#### 18 – N° de Inv. R. FERR 119

Fragmento de bordo de *terra sigillata* Hispânica, possivelmente da forma Drag. 27. Diâm. externo de 10 cm. Pasta pouco compacta e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pontos brancos de dimensões variáveis e alguns vacúolos. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/4). Superfície evidencia um verniz vermelho espesso e pouco aderente (Muns. 2.5 YR 4/6). Proveniente da U. E. [415]. Figura 18, n° 18.

#### 19 – N° de Inv. R. FERR 120

Fragmento de bordo de *terra sigillata* Clara A, possivelmente da forma Hayes 14 a 17. Diâm. externo de 12 cm. Pasta de textura esponjosa e bem depurada.

Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenas partículas de quartzo, micas e calcário. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/6). Superfície evidencia um verniz alaranjado espesso e muito aderente (Muns. 2.5 YR 6/6). Proveniente da U. E. [436]. Figura 18, n° 19.

#### 20 – N° de Inv. R. FERR 121

Fragmento de bordo de *terra sigillata* Clara A, possivelmente da forma Hayes 14 a 17. Diâm. externo de 14 cm. Pasta de textura esponjosa e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenas partículas de quartzo, micas e calcário. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/8). Superfície evidencia um verniz alaranjado espesso e muito aderente (Muns. 2.5 YR 6/8). Proveniente da U. E. [415]. Figura 18, n° 20.

#### 21 – N° de Inv. R. FERR 122

Fragmento de bojo com arranque de lábio de *terra*

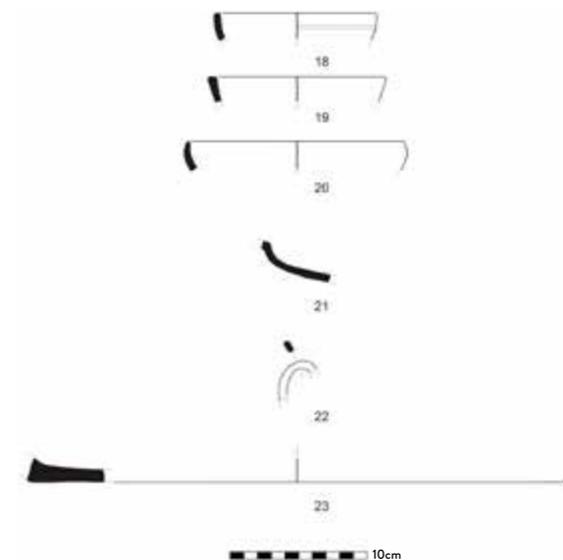


FIGURA 18 N° 18 A 21 FRAGMENTOS DE *TERRA SIGILLATA*. N° 22 FRAGMENTO DE PAREDES FINAS. N° 23 FRAGMENTO DE FUNDO DE ENGOBE VERMELHO POMPEIANO.



FIGURA 19 FRAGMENTOS DE TERRA SIGILLATA E PAREDES FINAS.

*sigillata* Clara A, possivelmente da forma Hayes 3. Pasta de textura esponjosa e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenas partículas de quartzo, micas e calcário. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/8). Superfície evidencia um verniz alaranjado espesso e muito aderente (Muns. 2.5 YR 6/8). Proveniente da U. E. [436]. Figura 18, nº 21.

#### 22 – Nº de Inv. R. FERR 123

Fragmento de asa de paredes finas, possivelmente de Mérida. Pasta arenosa e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 8/4). Superfície evidencia-se muito alterada apenas deixando vislumbrar um verniz alaranjado (Muns. 2.5 YR 6/8). Proveniente da U. E. [442]. Figura 18, nº 22.

Como em qualquer sítio coetâneo as cerâmicas de utilização quotidianas, ditas comuns são o grupo mais

numeroso. Este grupo é extremamente diversificado refletindo uma diversidade de proveniências e de morfologias. A sua presença pautava o quotidiano e encontra-se ligada, a práticas de higiene, preparação e confeção de alimentos, armazenamento e transporte. O seu estudo permite vislumbrar a cultura, hábitos e tradições das populações locais.

Apesar de globalmente, o conjunto das cerâmicas comuns, encontrar-se dominado por produções de cariz regional ou local. Algumas das peças são importadas. Entre a amostragem em análise, destaca-se três peças, que face à análise dos seus fabricos e à sua morfologia característica, permitem algumas considerações.

Identificou-se um fragmento de fundo, possivelmente de um amplo prato de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, proveniente da península itálica (figura 18, nº 23). Este tipo de recipiente conota-se com uma utilização eminentemente culinária, facto bem evidencia-

do no exemplar em apreço por vestígios de exposição ao lume da sua superfície inferior. A cronologia destas peças encontra-se bem atribuída situando-se entre o período romano republicano e finais do século I d. C. (Arruda e Viegas, 2002; Fernandes e Filipe, 2007).

Recolheu-se diversos fragmentos com colagem de um pote, com o característico fabrico de pasta clara calcária, com uma proveniência atribuída, face à sua similitude com as pastas das ânforas, como da vizinha província da Bética (Pinto e Morais, 2007) (figura 20, nº 24). Este tipo de produções cerâmicas e a sua ampla circulação encontram-se bem datados, do final do período romano republicano e surgem abundantemente em contextos alto-Imperiais do século I d. C. ainda que algumas das formas cheguem ao século II d. C. (Pinto e Morais, 2007, p. 236).

Uma última peça, evidencia um fabrico distinto das peças de fabrico local, trata-se de um invulgar bocal de

uma peça aberta de lábio espesso e que apresenta linhas bem marcadas na sua superfície interna que nos leva a interpretar como um almofariz (figura 22, nº 43). Contudo até ao momento não foi possível identificar paralelos para esta morfologia que nos permitam vislumbrar qual a sua proveniência.

#### 23 – Nº de Inv. R. FERR 124

Fragmento de fundo de forma indeterminada, de um amplo prato de cerâmica de engobe vermelho pompeiano. Pasta arenosa e compacta. Com abundantes elementos não plásticos. Compostos por inúmeras partículas negras de origem vulcânica, raras micas prateadas e algumas calcites Tom vermelho escuro (Muns. 2.5 YR 4/2). A superfície interna evidencia um engobe vermelho espesso e aderente (Muns. 2.5 YR 4/8). A superfície externa encontra-se evidência exposição ao lume encontrando-se queimada de tom negro. Proveniente da U. E. [436]. Figura 18, nº 23.

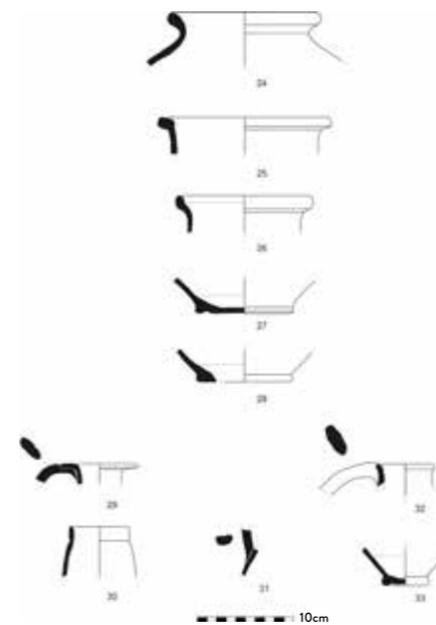


FIGURA 20 CERÂMICA COMUM.

#### 24 – Nº de Inv. R. FERR 125

Quatro fragmentos com colagem de bordo e colo de pote. Diâm. externo de 15,5 cm. Pasta calcária, arenosa e pouco compacta. Com abundantes elementos não plásticos. Compostos por grãos de quartzos, hematites e algumas calcites Tom amarelado (Muns. 2.5 Y 8/4). A superfície apresenta-se granulosa do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 20, nº 24.

#### 43 – Nº de Inv. R. FERR 126

Bordo e bojo de almofariz. Lábio de secção oval e com espessamento interno. Diâm. externo de 29,5 cm. Pasta granulosa, compacta e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos. Compostos por grãos de quartzos, micas e algumas calcites Tom castanho (Muns. 5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 22, nº 43.

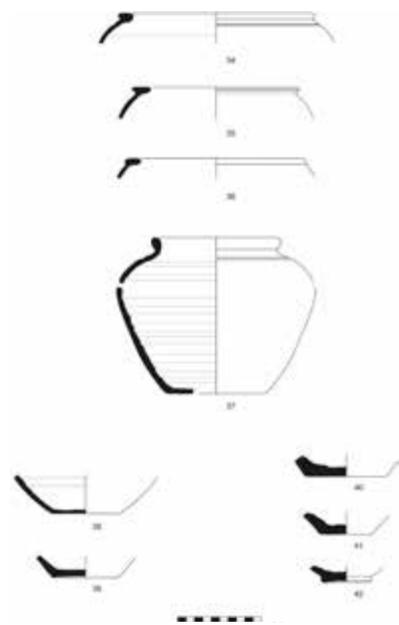


FIGURA 21 CERÂMICA COMUM.

Como referimos o restante conjunto é dominado por peças cujo fabrico evidencia uma proveniência local ou regional que individualizámos como Grupo 1. Este caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável. A dureza é frequentemente branda. Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída.

Infortunadamente os estudos sobre este tipo de cerâmicas encontram-se ainda numa fase muito incipiente, destacando-se o trabalho monográfico desenvolvido em torno da olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos, 2012) e aguarda-se com altas expectativas o resultado da dissertação de Doutoramento de Carolina Grilo sobre as cerâmicas comuns de *Olisipo*.

No presente conjunto o grupo dos potes/panelas são a forma mais comum representada encontrando-se ates-

tados por dez exemplares, correspondendo a um número mínimo de oito indivíduos. Entre estes destaca-se os potes/panelas de bordo vertical boleado, colo curto e corpo de tendência globular, bem representados por um exemplar bem preservado (figura 21, nº 37 e figura 20, nº 26).

Potes/panelas com esta morfologia encontram-se bem atestados no contexto alto-imperial da Rua dos Remédios, em Lisboa, com cronologia de cerca de 45-50 d. C. (Silva, 2015). Assim como, no contexto [9033] da Praça da Figueira, Lisboa (Silva, Nozes e Miranda, 2015), com uma datação centrada entre a década de 50/70 do século I d. C. (Silva, Nozes e Miranda, 2015, p. 13). Contudo e apesar destes paralelos, é de supor uma mais lata cronologia para estes materiais.

#### 25 – Nº de Inv. R. FERR 127

Bordo de pote/panela. Lábio de secção retangular. Diâm. externo de 18 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 6/8). A superfície apresenta-se

alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 20, nº 25.

#### 26 – Nº de Inv. R. FERR 128

Bordo de pote/panela. Lábio de secção oval. Diâm. externo de 14 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 5/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 20, nº 26.

#### 27 – Nº de Inv. R. FERR 129

Fundo em anel de pote/panela. Diâm. externo de 10 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [446]. Figura 20, nº 27.

#### 28 – Nº de Inv. R. FERR 130

Fundo de panela/pote. Diâm. externo de 10 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [446]. Figura 20, nº 28.

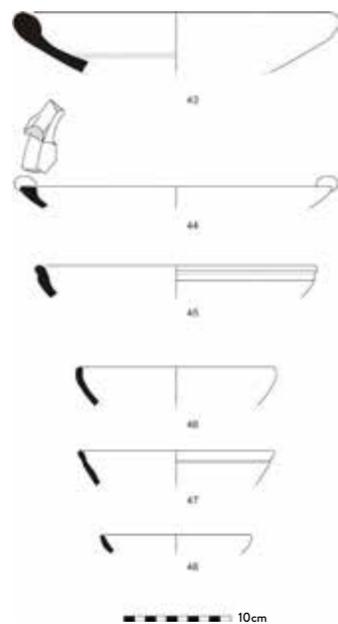


FIGURA 22 CERÂMICA COMUM.

**37 – N° de Inv. R. FERR 139**

Diversos fragmentos com colagem de panela/pote. Bordo vertical boleado, colo curto e corpo de tendência globular. Diâm. externo de 15 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 7/4). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [435]. Figura 21, nº 37.

**38 – N° de Inv. R. FERR 140**

Diversos fragmentos com colagem de fundo de panela/pote. Diâm. externo de 8 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 38.

**39 – N° de Inv. R. FERR 141**

Fundo de panela/pote. Diâm. externo de 7,6 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 5/6). A superfície apresenta-se alisada do

mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 39.

**40 – N° de Inv. R. FERR 142**

Fundo de panela/pote. Diâm. externo de 10 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 40.

**41 – N° de Inv. R. FERR 143**

Fundo de panela/pote. Diâm. externo de 7 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 5/3). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 41.

**42 – N° de Inv. R. FERR 144**

Fundo de panela/pote. Diâm. externo de 6 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 5/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 42.

Os tachos de bordo voltado para o interior de secção retangular, e paredes arqueadas encontram-se bem atestados (figura 21, nº 34 a 36). Peças similares encontram-se bem representadas na Villa do Alto da Cidreira, Cascais (Nolen, 1988), e encontram um bom paralelo numa peça identificada em níveis de Trajano em Conímbriga (Alarcão, 1974, Est. XXIX, nº 600).

**34 – N° de Inv. R. FERR 136**

Diversos fragmentos com colagem de bordo e bojo de panela. Lábio de secção oval com espessamento interno. Diâm. externo de 23 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 6/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 21, nº 34.

**35 – N° de Inv. R. FERR 137**

Bordo de panela. Lábio de secção retangular com espessamento interno. Diâm. externo de 21 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 4/2).

A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 21, nº 35.

**36 – Nº de Inv. R. FERR 138**

Bordo de panela. Lábio de secção retangular com espessamento interno. Diâm. externo de 21 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 5/3).

A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 21, nº 36.

As Bilhas encontram-se representados por três fragmentos (figura 20, nº 29, 32 e 30). Estes caracterizam-se por um colo estreito normalmente munido de uma asa. O exemplar nº 29, encontra um paralelo idêntico no Castelo da Lousa em contextos de época Augustana (Pinto e Schmit, 2010, p.282, Estampa LXXXIV, nº 8).

**29 – Nº de Inv. R. FERR 131**

Bordo e asa de Bilha. Diâm. externo de 8,2 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 7.5 YR 6/4). A super-

fície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta.

Proveniente da U. E. [442]. Figura 20, nº 29.

**30 – Nº de Inv. R. FERR 132**

Bordo e corpo globular de Bilha. Diâm. externo de 6 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 5 YR 5/6).

A superfície apresenta uma aguada de tom castanho acinzentado (Muns. 5 YR 6/2). Proveniente da U. E. [446]. Figura 20, nº 30.

**31 – Nº de Inv. R. FERR 133**

Asa de potinho. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 2.5 YR 6/6). Proveniente da U. E. [442]. Figura 20, nº 31.

Os potinhos estão representados por dois fragmentos (figura 20, nº 31 e 33). Evidenciando estes, tratamento cuidado das suas superfícies.

**32 – Nº de Inv. R. FERR 134**

Bordo e asa de Bilha. Diâm. externo de 6 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 6/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo

tom da pasta. Proveniente da U. E. [446]. Figura 20, nº 32.

**33 – Nº de Inv. R. FERR 135**

Fundo de potinho. Diâm. externo de 5 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 6/8). A superfície apresenta-se polida do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 20, nº 33.

Na U. E. [436], surgiu uma invulgar peça que interpretamos como bacia. Trata-se de uma ampla forma aberta de lábio aplanado de onde se desenvolve uma asa horizontal (figura 22, nº 44). Peças similares foram identificadas no forno da Quinta do Rouxinol (Seixal), com cronologia de laboração entre os finais do século II d. C. e inícios do século V d. C. (Santos, 2012, p.67, Estampa XI). E na olaria romana do Pinheiro no vale do Sado, igualmente com uma cronologia tardia do baixo-império (Mayet e Silva, 2009, p. 88, nº 23).

**44 – Nº de Inv. R. FERR 145**

Dois fragmentos com colagem de bacia. Diâm. externo de 29 cm. Apresenta vestígios de arranque de asa que arranca do bocal. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 5/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 22, nº 44.

Os pratos encontram-se apenas, atestados pelo exemplar que identificamos na figura 22, nº 45, com finas caneluras sob o lábio. As taças estão representadas por três bocais (figura 22, nº 46 a 48).

**45 – Nº de Inv. R. FERR 146**

Bordo de prato. Diâm. externo de 26 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 5/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 22, nº 45.

**46 – Nº de Inv. R. FERR 147**

Bordo de taça. Diâm. externo de 18 cm. Pasta Grupo 1.

Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 22, nº 46.

**47 – Nº de Inv. R. FERR 148**

Bordo de taça. Diâm. externo de 18 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho acinzentado (Muns. 2.5 YR 4/1). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 22, nº 47.

**48 – Nº de Inv. R. FERR 149**

Bordo de taça. Diâm. externo de 14 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 22, nº 48.

Identificámos ainda dois bocais, como alguidares (figura 23, nº 49 e 50), um bocal de dolium e dois fundos de contentores de armazenamento (figura 23, nº 51 a 53).

**49 – Nº de Inv. R. FERR 150**

Bordo de alguidar. Diâm. externo de 50 cm. Pasta

Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 7/4). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [415]. Figura 23, nº 49.

**50 – Nº de Inv. R. FERR 151**

Bordo de alguidar. Diâm. externo de 32 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 6/6). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [442]. Figura 23, nº 50.

**51 – Nº de Inv. R. FERR 152**

Bordo de *Dolium*. Diâm. externo de 29 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho acinzentado (Muns. 5 YR 4/2). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 23, nº 51.

**52 – Nº de Inv. R. FERR 153**

Fundo de contentor de armazenamento. Diâm. externo de 20 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho (Muns. 5 YR 6/4). A superfície apresenta-se alisada

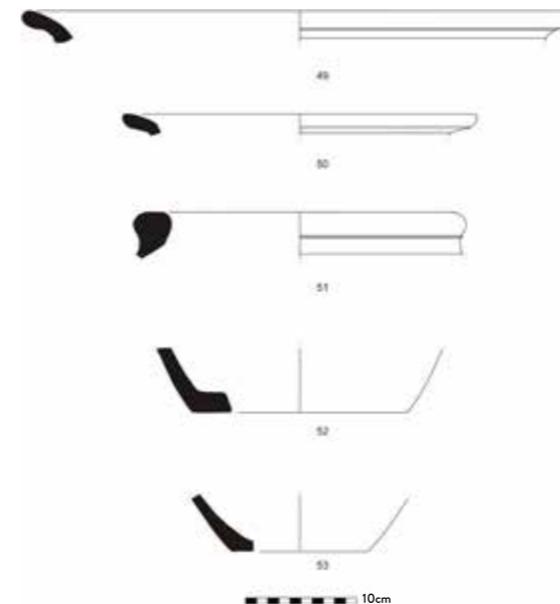


FIGURA 23 CERÂMICA COMUM.

do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 23, nº 52.

**53 – Nº de Inv. R. FERR 154**

Fundo de contentor de armazenamento. Diâm. externo de 12,5 cm. Pasta Grupo 1. Tom castanho avermelhado (Muns. 5 YR 6/8). A superfície apresenta-se alisada do mesmo tom da pasta. Proveniente da U. E. [436]. Figura 23, nº 53.

**Considerações Finais**

Apesar de todos os condicionalismos inerentes a uma intervenção desta natureza, foi possível através da análise da sequência estratigráfica e estudo dos materiais, definir três fases associadas à ocupação romana do sítio.

Temos assim um primeiro momento de construção associado a alguns escassos materiais que autorizam suportar a construção da parede U. E. [438] em meados do século I d. C.. Esta leitura assenta na presença de um



fragmento de *terra sigillata* sudgálica de forma indeterminada, na presença de fragmentos de ânforas vinárias itálicas da forma Dressel 2-4, assim como em algumas cerâmicas comuns recolhidas na U. E. [446] (figura 15, nº 4 e 5; figura 20, nº 27, 28, 30 e 32).

Num segundo momento é edificado, a estrutura da abside U. E. [439] que vem adoçar à parede U. E. [438]. Os materiais recolhidos na U. E. [442], associados ao alicerce da estrutura da abside permitem aferir uma cronologia de finais do século II d. C. a inícios do III d. C. para a sua edificação. Esta cronologia assenta na presença de dois bordos de Dressel 20: um de uma Dressel 20 parva, enquadrada cronologicamente entre 160 – 200 d. C. e outro datado entre “Nero e Vespasiano” – 50 a 80 d. C. (Berni Millet, 2008) (figura 15, nº 1 e 2). Na presença de um bocal de Dressel 14 Lusitana (figura 16, nº 6) a par de diversos fragmentos com colagem de uma ânfora Lusitana 3 (figura 17, nº 15). A par

destes materiais recolheu-se neste nível um abundante conjunto de cerâmica comum (figura 20, nº 25, 26, 29, 31 e 33; figura 21, nº 34 a 36; figura 22, nº 43, 47 e 48; figura 23, nº 50).

Num terceiro momento, é efetuado uma regularização da área externa a esta abside, U. E. [436], e é construído sobre esta unidade, num momento que não conseguimos definir, um muro paralelo à parede U. E. [438]. Esta nova estrutura U. E. [432], evidencia distinta técnica de construção das paredes anteriormente descritas (figura 8, 9 e 13).

O estudo dos materiais recolhidos neste nível de regularização, U. E. [436], permite atribuir uma cronologia para a sua formação de meados do século II a inícios do III d. C.. Sendo assim forçosamente posterior a edificação da parede U. E. [438]. Esta leitura assenta na presença de um bordo de *terra sigillata* Clara A, possivelmente da forma Hayes 14 a 17 (figura 18, nº 19), em um fragmento

de bojo de *terra sigillata* Clara A, possivelmente da forma Hayes 3 (figura 18, nº 21), e na presença de ânforas da forma Lusitana 3 (figura 17, nº 11 a 14, nº 16 e nº 17), a par da forma Dressel 14 Lusitana (figura 16, nº 8 a 10). Recolheu-se ainda neste nível, um fragmento de fundo de prato de engobe vermelho pompeiano (figura 18, nº 23), um bocal de pote de cerâmica comum importada da bética (figura 20, nº 24), a par de um vasto conjunto de cerâmica comum de origem regional (figura 21, nº 38 a 42; figura 21, nº 35, figura 22, nº 45 e 46; figura 23, nº 51 a 53).

Associado ao abandono das estruturas acima descritas, identificou-se um nível correspondendo ao seu abandono/destruição, U. E. [429]. Caracteriza-se por um nível de derrube, essencialmente composto por material de construção, e fragmentos de mármore de revestimento, argamassa e estuque pintado de tom vermelho e negro. A análise do raro espólio exumado

nesta unidade, não permite aferir uma cronologia para a mesma. Destaca-se porém, como já referimos ter-se identificado um fragmento de inscrição funerária romana em calcário de lioz rosa, que pela paleografia remete para o séc. III d. C.. Tendo em conta este elemento pode-se supor uma época de formação para este estrato de abandono, forçosamente posterior à datação da inscrição.

Em jeito de conclusão, os dados da existência de uma ocupação romana na rua do Ferragial, destacam-se, antes de mais, pelo seu ineditismo e por estarmos perante novos dados sobre as dinâmicas de ocupação da cidade em época romana.

Ainda que os dados sejam objetivamente relevantes, a exiguidade da área intervencionada e o facto incontornável de o interior do edifício com abside se desenvolver para fora da área intervencionada, não permite tecer grandes considerações, pelo menos de momento.

De um ponto de vista estrutural, documenta-se um primeiro momento de construção, parcialmente desmantelado e reaproveitado por um novo edifício, praticamente reduzido aos alicerces. A existência do que parece ser uma estrutura absidada, com escoamento de águas permite supor um pequeno (?) edifício termal, com as devidas reservas. A presença de estuques pintados, a par de se ter recolhido algumas placas de mármore de revestimento permitem supor algum cuidado decorativo. Estaremos perante uma *Domus* suburbana?

Tendo em conta o estudo da totalidade do espólio recolhido no sítio, estamos perante um ciclo de construção/ocupação/abandono do sítio que parece circunscrever-se no tempo, inserindo-se num arco cronológico dos séculos I – II d. C. quanto muito inícios do III d. C., o que não deixa de ser insólito já que regista um abandono relativamente precoce dentro do período romano, sem que haja vestígios de uma continuidade da ocupação.



FIGURA 24 ESTUQUE PINTADO E PLACAS DE MÁRMORE DE REVESTIMENTO.



# MENSAGEM DO PASSADO

## TITULUS SEPULCHRALIS SOBRE PLACA FUNERÁRIA

119

SARA H. DOS REIS

O fragmento inédito em análise trata-se do canto inferior esquerdo de um epitáfio romano, tipologia que, ao longo da diacronia, manteve uma dupla funcionalidade: crença na vida além da morte e preservação da memória do defunto. Identificado numa recente intervenção arqueológica efetuada perto da Escola de Belas Artes, na Rua do Ferragial, encontra-se hoje nos depósitos do Museu da Cidade (Lisboa).

Na escavação foi possível identificar uma *domus*, ainda com frescos, e parte da abside de umas termas, cuja construção parece remontar a finais do séc. II d. C. Por sua vez, note-se que o fragmento de inscrição fora identificado no nível de abandono da referida *domus*, servin-

do de material de amortização. Ainda que o contexto estratigráfico não apresente uma cronologia bem definida para os últimos momentos de utilização do edifício, pela paleografia, a inscrição remete para o séc. III d. C..

Ao epigrafista cabe assim proceder previamente à recuperação do contexto sociocultural que integra a inscrição, uma vez que um monumento constitui a imagem de um grupo humano. Por mais elementar que seja a mensagem veiculada na inscrição, ou por mais fragmentários que sejam os seus elementos, tal não lhe retira dimensão cultural, mas obriga a um esforço suplementar para repor o seu valor como fonte de informação. Neste panorama, o contexto de ori-

gem constitui um elemento fundamental na análise de uma inscrição. Por conseguinte, neste caso, ainda que o fragmento tenha sido identificado em contexto de reutilização, refletindo a erosão do tempo e as vicissitudes do seu abandono, estamos perante circunstâncias privilegiadas.

A tipologia e suporte utilizados revelam ser uma placa de calcário de lioz de tonalidade rosada (porventura de S. Domingos de Rana, Cascais), material muito abundante na região de Lisboa. O monumento apresenta uma forma simples, sem qualquer tipo de moldura ou rebaimento do campo epigráfico, o qual se estende numa superfície plana que ocupa toda a face frontal da placa.

Todavia, o seu estado fragmentado, cujas medidas máximas conservadas são c. 12,8 cm x 14,3 cm x 3,4 cm, porventura menos de metade das dimensões originais, não permite fazer uma reconstituição segura da dimensão original da peça que, ora poderia ser pouco maior,

ora poderia alcançar dimensões mais abrangentes, problemática que influenciará a própria reconstrução do texto. Porém, daquilo que se conservou, nomeadamente, o início das duas linhas finais do texto, a inscrição parece primar pela simplicidade.

No que toca aos caracteres, estes inscrevem-se num módulo cursivo que apresenta variações na dimensão. Atendendo assim à ausência de um eixo de simetria, ao facto de as letras da 1.1 do texto conservado se encontrarem incompletas e à dimensão irregular dos módulos, não se tomará como critério para caracterização da peça as medidas dos caracteres<sup>1</sup>. Note-se a pequena dimensão do “M” face à dos “SS” da mesma linha (1.1), não permitindo que se faça uma aproximação segura às medidas totais dos caracteres, nem mesmo às dimensões dos espaços interlineares, que variam entre cerca de zero cm entre o “S” e o “A”, 0.6 cm entre o “I” e o “N”, e 1,4 cm entre o “M” e o “N”, no espaço interlinear 1 (aqui

considerada a distância entre a l.1 e a l.2 do texto conservado); e 5 cm no espaço interlinear 2 (i.e. a distância entre o arranque da l.2 e o limite inferior da placa).

Por outro lado, no que toca ao *ductus* (o traçado das letras), este apresenta uma natureza cursiva que se distingue por evidenciar hastes verticais muito altas e traços arredondados, sobretudo visível nos “SS”, que parecem ter sido traçados a dois tempos, sendo a haste semicircular superior de menor dimensão que a inferior. Por sua vez, a letra “A” não apresenta nenhuma haste horizontal e, tal como o “N”, verifica uma diminuta barra que sai do limite da parte superior da letra, denunciando um trabalho de inferior qualidade por parte do lapicida, permitindo apontar para o séc. III d. C., hipótese que poderá ser corroborada pela grande abertura do “L”, ligeiramente em rotação para o lado direito, típico do módulo cursivo de fases mais avançadas. Todavia, apesar do trabalho poder parecer algo

amador, tendo em conta a gravação hesitante e pouco profunda que se reflete na irregularidade do traçado, verifica-se, simultaneamente, uma certa elegância na sua execução.

A julgar pela espessura da peça, esta trata-se de uma placa de encastramento (com marcas de desbaste intencional) para ser fixada num edifício do tipo *columbarium*<sup>2</sup>. Note-se ademais que as cavidades alveolares visíveis no canto inferior esquerdo (próximas da letra ‘A’ da l.2) foram adquiridas recentemente e, por conseguinte, não integram o contexto original de gravação da inscrição. Avançamos então com a proposta que nos pareceu ser mais viável atendendo ao pouco que resta do texto conservado, aos paralelos olisiponenses e à pretendida harmonia no campo epigráfico:

#### Transcrição

SSIM[...]/ AN L [...]

**Proposta de Leitura**

- I.1. [D. M. S.]
- I.2. [NU/NP]
- I.3. [MARITO PII]
- I.4. SSIM[O VXOR]
- I.5. A N L [F. C.]

**Leitura com desdobramento de abreviaturas**

[D(iis) M(anibus) S(acrum)] / [nome único ou nome + patronímico] / [marito pii]/ssim[o uxor] / an(norum) L (quingenta) [f(aciendum) c(uraiuit)]

**Tradução**

Aos Deuses Manes do indivíduo [NU/NP], modelo de piedade, falecido (pelo menos) com 50 anos de idade, a sua esposa mandou fazer.

**Comentário**

A epigrafa funerária de *Olisipo* caracteriza-se por evidenciar uma estrutura textual que varia entre a invocação aos Deuses Manes (EO 49, 61, 92, 99, 107,114, 118, 123, 124); a identificação do defunto através de um nome único, *duo nomina* ou *tria nomina*, usualmente seguido pela indicação do patronímico e pertença à tribo Galeria; idade de morte; referência ao dedicante e fórmula final.

No que toca à indicação do dedicante nos epitáfios olisiponenses podemos encontrar, apenas a título de exemplo, a presença de *uxor* (EO 5 e 33; CIL II 5010), *mater* (EO 98 e 124), *pater* (EO 116), *filius* (EO 61), *filia* (EO 69), *soror* (EO 92), *frater* (EO 118) ou *avia* (EO 107). Ademais, saliente-se a longa tradição que adquiriu o uso do elogio fúnebre, concretamente, *patri pientissimo* (EO 61; AE 1977, 384; CIL II 317); *matri pientissimae* (EO 66); *matri piissimae* (EO 69); *marito piissimo*

(EO 5); *uxori merentissimae* (AE 1985, 511); *uxori optimae* (CIL II 245); *flio piissimo* (EO 116; HEp 13, 998; CIL II 261); *fratri pientissimo* (EO 118); *nepoti pio* (EO 107); ou *cognato optimo* (EO 65).

Atente-se, por outro lado, à identificação na mesma área, de uma outra inscrição funerária recolhida por A. Vieira da Silva (1944: 76 e 234-35) na obra *Epigrafia de Olisipo*<sup>3</sup>, no que fora, antes de terramoto de 1755, o palácio dos duques de Bragança (situado nas Ruas António Maria Cardoso e Serpa Pinto, com a fachada sul para Rua Vítor Córdon). A este testemunho vem-se adicionar o fragmento em estudo, tornando plausível supor a existência de uma área de necrópole ao longo da estrada romana que seguiria para ocidente.

Com base neste panorama, e atendendo a outros paralelos da região de Lisboa<sup>4</sup>, sugere-se como hipótese de reconstrução do texto, que a inscrição se inicie com uma invocação aos Deuses Manes; e, na linha seguinte, a

presença de um nome único (NU), uma vez ter sido esta a realidade mais comum no final do império, porventura, resultado da dissolução da composição onomástica tradicional, fruto de uma simplificação das relações comunitárias. A proximidade gerada na participação igualitária no novo culto cristão poderá ter tornado desnecessárias maiores especificações, levando à eliminação dos traços diferenciadores (Dias e Gaspar, 2006: 11-14). Devemos assim esperar encontrar um sistema onomástico simples como nome único (NU) – *cognomen singularis* –; *duo nomina* ou nome + patronímico (NP).

Na linha seguinte parece constar parte do elogio fúnebre, designação que se generaliza a partir de meados do séc. II d. C., o qual consiste em fornecer uma descrição adjectivada do defunto, neste caso, *pater* ou *maritus* (atendendo à idade com que faleceu), seguido de um adjetivo superlativo (*pientissimus*, *piissimus*, *carissimus*) do qual podemos ver a terminação na l.1 do texto con-

servado. É plausível admitir que, em continuação (uma vez que sobra espaço no campo epigráfico), se verificasse a indicação do dedicante através do grau de parentesco que mantinha com o defunto, neste caso, filho/a ou esposa.

Finalmente, na última linha, encontramos a referência à idade de morte (pelo menos 50 anos), e uma breve fórmula final como a tradicional *h(ic) s(itus) e(st)* ou *f(aciendum) c(uravit)*, *f(ecit)* ou *p(osuit)*, as últimas remetendo para o dedicante.

Contudo, dever-se-á ter em consideração que a seguinte proposta trata-se somente de uma hipótese, uma vez que, efetivamente, nada se sabe em concreto acerca do defunto (além da idade com que faleceu) ou do dedicante.

## NOTAS

1 Aproximação às dimensões (l.1.: SS = 2,9-3,3 cm; l = 1,6 cm; M = 1,1 cm; l.2.: A = 1,8 cm; N = 2,3 cm; L = 2,6 cm).

2 Como gentilmente sugeriu o Doutor José d'Encarnação.

3 Concretamente o epitáfio, *D(is) M(anibus) S(acrum) / Postumio / Vicillioni / ann(or)um XXXV / Postumius / Florianus / fratri / piensissimo / f(aciendum) c(uravit)* (CIL II 246; EO 118).

4 Destaquem-se, apenas a título de exemplo, as seguintes inscrições olisiponenses como paralelos de reconstrução: *D(iis) M(anibus) S(acrum) / Taurilio / patri piensissimo / an(norum) (hedera) LXXX (hedera) e[ti] / Sotidiri matr[is] / [- - -]SRAT (sic) an(norum?) [- - -] (CIL II 317); [- - -]iatio / Aspro an(norum) XX/VIII Calventia Iuliana / marito piensimo · f(aciendum) · c(uravit)* (EO 5); *D(is) M(anibus) / [Mac]robis anno[rum] - - - / - - -] piensissimo posuit [- - - / - - -]rum XXXV [- - -] (CIL II 234); ou *D(is) M(anibus) s(acrum) / Tilmaco / ann(or)um XL / Nemesius / patri piensissimo / f(aciendum) c(uravit)* (CIL II 253).*



## FONTES DOCUMENTAIS

## Arquivo Municipal de Lisboa

Processo 26023 n.º: 11855/1.ºREP/PG/1919 · 11853/DAG/PG/1919 · 9586/DSC/PG/1945 · 3802/DMPGU/OB/1980 · 3508/DMPGU/OB/1981 · 3148/DAG/PG/1957 · 11250/DAG/PG/1957 · 38252/DAG/PG/1957 · 60086/PG/1956.

Processo 28387 n.º: 66/OB82 · 10027/37 · 48/78 · 44/78 · 46036/83 · 420/OB/1989 · 1380/OB1998 · 1624/OB/1991 · 916/1/96 · 619/DOC/09.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

ALVES DIAS, M. M.; GASPAS, C. (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.

APPLETON, J. (2011) – *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*. 2.ª Edição. Amadora: Edições Orion.

ARRUDA, A.; VIEGAS, C. (2002) – As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, p. 221-238.

BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña Romana*. Col. Lección Instrumenta 4, Barcelona, Universitat de Barcelona.

BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Col. Lección Instrumenta. Vol. 29. Publicacions i Edicions UB. Barcelona.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas Emeritenses. *Zephyrus*. N.º LXVII. Universidade de Salamanca, p. 161-170.

CARRERAS MONFORT, C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Col. Lección Instrumenta. 5. Barcelona. Publicacions universitat de Barcelona.

DIOGO, A. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 5, p. 179-191.

FABIÃO, C. (1993-94) – O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. XXXII-XXXIII, p. 219-245.

FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *Congresso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana* (ss. II a. C. – VII d.C.). Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003). BAR Internacional Series 1266. Vol. 1, p. 379-410.

ENCARNAÇÃO, J. d' (2010) – *As pedras que falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2.ª ed.

FRINHA, J. S. B. (1997) – *Construção da Baixa Pombalina*. Lisboa: Metropolitano de Lisboa.

FRANÇA, J. A. (1981) – *A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 2.ª Edição. Amadora: Livraria Bertrand.

FRANÇA, J. A. (1980) – *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Amadora: Livraria Bertrand.

FERNANDES, L.; FILIPE, V. (2007) – As cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do Teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, p. 229-253.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (1991-1996) – *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Junta de Andalucía.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.

MASCARENHAS, J. (2009) – *Sistemas de Construção V – O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa. Processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo. Materiais básicos: o vidro*. 3.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte.

MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.

MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion de Boccard.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2009) – *Olaria romana do Pinheiro. L'atelier d'amphores de Pinheiro*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal.

MONUMENTOS (2004) – *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos N.º 21*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

NAVARRO CABALLERO; RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (coord.) (2003) – *Atlas antroponímico de la Lusitania romana. Grupo Mérida*. Mérida: Fundación Estudios Romanos.

NOLEN, J. S. (1988) – A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga*. Vol. XXVII. p. 61-140.

PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*. London: Longman Publications.

PINHO, F. S. F. (2008) – *Paredes de Edifícios Antigos em Portugal*. 2.ª Edição. LNEC.

PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.

PINTO, I. V.; SCHMIT, A. (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. *Studia Lusitana*, 5. Mérida, p. 219-443.

PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.

RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (2003) – *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita*. Cuadernos Emeritenses 21. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

RAPOSO, J. M. C. e VIEGAS, C. (2014) – Dressel 14 (Lusitania occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/tipol/view/13>), octubre 03, 2013.

ROCHA, A. (2015) – *A Muralha de D. Dinis e a cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Museu do Dinheiro. Banco de Portugal. Lisboa.

- QUARESMA, J. C.; RAPOSO, J. M. C. (2014) – Lusitana 3 (Lusitania occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/tipol/view/22>), enero 16, 2014.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, A. V. da (1948) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa, 1948.
- SILVA, A. V. da (1987) – *As Muralhas da Ribeira*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP, 1, p. 41-67.
- SILVA, R. B. (no prelo) – O fácies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período Julio-Claudio. In GARCÍA FÉRNANDEZ, M. I. e RUIZ MONTEZ, P. ed. – *Actas del Simposio Internacional “Facies y contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Universidad de Granada.

- SILVA, A. V. da (1944) – *Epigrafa de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B., NOZES, C. e MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p. 1-16
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 26.
- VIVES, J. (1971) – *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

